

PROPOSTA DE PAZ

DO PRESIDENTE DA SGI, DAISAKU IKEDA – 2007



Resgatar a nossa
humanidade:
primeiro passo para
a paz mundial

Em comemoração do Dia da Soka Gakkai Internacional, 26 de janeiro de 2007



Resgatar a nossa humanidade: primeiro passo para a paz mundial

por Daisaku Ikeda
Presidente da Soka Gakkai Internacional



Enviada à Organização das Nações Unidas (ONU)
Por ocasião do 32º aniversário da SGI, em 26 de janeiro de 2007

DAISAKU IKEDA nasceu em Tóquio, Japão, em 2 de janeiro de 1928.

Formado pela Escola Superior Fuji na área de Economia, é atualmente presidente da Soka Gakkai Internacional (SGI), uma das maiores organizações não-governamentais das Nações Unidas, com mais de 12 milhões de associados em 190 países e territórios.



Fundou várias instituições educacionais e culturais, como as escolas Soka (do nível pré-escolar ao universitário), a Associação de Concertos Min-On, o Instituto de Filosofia Oriental e o Museu de Arte Fuji de Tóquio.

Pacifista, filósofo, poeta laureado e escritor com obras traduzidas para mais de vinte línguas, é sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras (ABL) desde 1992, ocupando a cadeira de nº 14.

Convicto de que um movimento popular centralizado nas Nações Unidas é a chave para transformar o mundo onde imperam a desunião e a hostilidade em um mundo de coexistência pacífica, Ikeda apresenta anualmente, no dia 26 de janeiro, aniversário de fundação da SGI, sua proposta de paz.

A SGI é oficialmente registrada como organização não-governamental (ONG) no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), no Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), no Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas (UNDPI), na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e também é membro da Federação Mundial das Associações das Nações Unidas (WFUNA).



Resgatar a nossa humanidade: primeiro passo para a paz mundial

Neste 32º aniversário de fundação da Soka Gakkai Internacional (SGI), trago novas idéias e propostas a respeito de algumas questões que a humanidade enfrenta neste momento histórico.

Há 50 anos, o segundo presidente da Soka Gakkai, Jossei Toda (1900–1958), proferiu sua consagrada declaração que condena as armas nucleares como “um mal absoluto” e clama pela sua proibição.

Cinquenta mil jovens reuniram-se sob o céu azul daquela manhã de setembro e o calor do verão ainda podia ser sentido no Estádio Mitsuzawa, em Yokohama. Ao fazer sua declaração, meu mestre revelou aquela que seria a primeira de suas instruções aos seus jovens discípulos e às gerações posteriores. Embora sua saúde já estivesse debilitada, havia um vigor extraordinário em sua postura, como se suportasse o peso dos céus nos ombros. Mesmo hoje, sua voz poderosa, paixão ardente, continuam a ressoar em meu coração.

A importância e o valor dessa notável declaração tornaram-se ainda mais evidentes com o passar dos anos. E continuarão a ser, tenho certeza, pelo futuro.

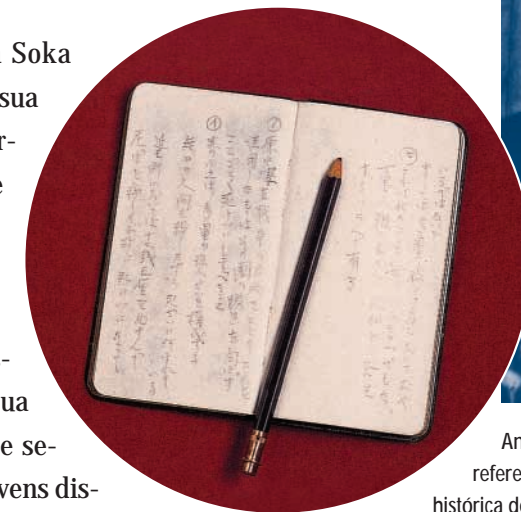
Cito aqui as passagens principais:

Embora tenha surgido em todo o mundo um movimento clamando pelo banimento dos testes atômicos e nucleares, é meu desejo ir além, e atacar o problema em sua raiz. Quero expor e extirpar as garras escondidas nas profundezas dessas armas. Quero declarar que qualquer um que se aventure a utilizar armas nucleares, independentemente de sua nacionalidade ou se seu país é vitorioso ou derrotado, deve ser condenado à morte, sem exceção.

Em 8 de setembro de 1957, Jossei Toda profere sua Declaração pela Abolição das Armas Nucleares.



Anotações de Toda referentes à sua histórica declaração.



Por que digo isso? Porque nós, cidadãos do mundo, temos o direito inviolável à vida. Qualquer um que tente pôr em perigo esse direito é a personificação do mal, um espírito maligno, um monstro.¹

Toda freqüentemente expressava sua firme oposição à pena de morte e defendia sua abolição. Então, o que o teria levado a usar a frase “deve ser condenado à morte, sem exceção” ao denunciar o uso das armas nucleares?

O motivo era por se sentir profundamente ultrajado diante das forças que desprezavam o valor e a dignidade da vida e solapavam o direito das pessoas à sobrevivência. Sua determinação veemente de *extirpar* a natureza maligna oculta nas profundezas dessas armas encontrou voz na escolha da frase rude e implacável.

A percepção sagaz de Toda fundamentava-se no plano universal da vida humana, transcendendo as di-

Tradução: René Takeuti
Elizabeth Miyashiro

Revisão: Thiago de Mello

Arte: Iusse José Filho

Capa: Henrique Kubota

Todos os direitos reservados à Editora Brasil Seikyo Ltda.

Editora Brasil Seikyo Ltda. Administração e redação: Rua Tamandaré, 1007, São Paulo, SP — CEP: 01525–001

Fones: (11) 3274–1940 / 1941 — Fax: (11) 3274–1949 / CGC 61.612.891/0001–21

Matrícula na Lei de Imprensa nº 2092 — Registro no INPI nº 0060117320

Diretor-Presidente: Getulino Kiyoshi Nakajima — Jornalista responsável: René Takeuti (matrícula no DRT nº 21.605)

Impressão: Prol Editora Gráfica Ltda. — Av. Papaiz, 581, Diadema, SP — CEP: 09931–61 — Tel.: (11) 2169–6199



ferências de ideologia e sistema social. Ele desnudou a essência dessas armas apocalípticas, cuja destrutibilidade letal pode pôr fim à civilização humana e mesmo à perpetuação do homem como espécie.

Neste sentido, sua declaração partilha uma profunda comunhão com a seguinte passagem do Manifesto Russell-Einstein, publicado dois anos antes: “O apelo que lançamos é de seres humanos para seres humanos: lembrai-vos que sois da raça humana e esqueçam o resto”.²

Para os jovens associados da Soka Gakkai, cujo foco principal era a propagação do budismo, as palavras de Toda eram tão inusitadas quanto inesperadas. Muitos se perguntavam por que ele, como budista, preocupava-se tanto com a proibição das armas nucleares e por que considerava essa a sua mais importante mensagem aos jovens responsáveis pelo futuro. Muitos ainda não compreendiam que o propósito de uma religião não pode ser concretizado no isolamento, mas deve ser complementado e enriquecido de uma missão social e humana mais ampla. Esta é a profunda essência do budismo, expressa no tratado de Nitiren Dai-shonin (1222–1282) “Tese sobre o Estabelecimento do Ensino Correto para a Paz da Nação”.



Campanha de assinaturas pelo fim da guerra e pela abolição das armas nucleares.



Exposição “Armas Nucleares: Ameaça ao Nosso Mundo” (Sede das Nações Unidas, Nova York, 1982).

Preservando as experiências da guerra

Estas séries de livros compõem-se de compilações de testemunhas de vítimas da guerra, de memórias partilhadas por aqueles que viveram a guerra como uma mensagem para os que não passaram por essa experiência, na crença de que o conhecimento dos horrores perpetrados por esse conflito é a garantia mais certa de que as futuras gerações jamais sejam persuadidas a trilhar esse caminho.

Um total de 80 volumes sob o título *Senso o shiranai sedai* e (As gerações dos que não sabem o que é a guerra) foi compilado por integrantes da Divisão dos Jovens da Soka Gakkai e 20 volumes intitulados *Heiwa e no negai o komete* (Esperanças pela paz) foram reunidos por integrantes da Divisão Feminina. Seleções de ambas as obras foram publicadas em inglês sob os títulos *Cries for Peace, Peace is Our Duty* (Brados pela paz, a paz é nosso dever) e *Women Against War* (Mulheres contra a guerra). Há também um DVD em língua japonesa.

Hoje, quando a sobrevivência da humanidade continua a ser ameaçada pelas armas nucleares, sente-se como realidade tangível o significado e a seriedade da decisão de Toda, que já naquela época, falava com tanta sabedoria.

Durante todos os anos seguintes à declaração de Toda, a SGI desenvolveu um programa de atividades populares para incorporar e implementar esse espírito. Por exemplo, em 1974, os jovens de nossa Soka Gakkai no Japão coletaram dez milhões de assinaturas clamando pela abolição das armas nucleares, que encaminhei, no ano seguinte, à Sede das Nações Unidas em Nova York.

Em 1982, a Soka Gakkai promoveu, em conjunto com as cidades de Hiroshima e Nagasaki e o Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas, a exposição “Armas Nucleares: Ameaça ao Nosso Mundo”. Em 1996, foi inaugurada a versão atualizada dessa exposição, renomeada como “Armas Nucleares: Ameaça à Humanidade”. Essas exposições foram mostradas em 39 cidades de 24 países, incluindo nações comunistas como a União Soviética e a China, e vistas por mais de 1 milhão e 700 mil pessoas.

Além de conscientizar as pessoas quanto ao horror e

crueldade das armas nucleares por meio dessas exposições, organizamos ou participamos de uma ampla gama de eventos para unir a opinião pública internacional pela paz e, em particular, pelo desarmamento e abolição nuclear.

Além dessas, nossos membros vêm se dedicando à coleta de depoimentos de pessoas que tiveram experiência direta com a guerra, com o intuito de preservá-los para a posteridade. Estes relatos foram coletados para publicação, parcialmente traduzidos para o inglês. Estes projetos, liderados por jovens e senhoras, expressam características singulares da Soka Gakkai, organização que atua entre as pessoas.

Pessoalmente, procuro caminhos para a abolição nuclear, a renúncia à guerra e a construção de uma cultura de paz através de propostas anuais, como esta, engajando-me em diálogos com importantes pensadores e formadores de opinião. Vários destes diálogos foram publicados, incluindo com o ex-presidente soviético Mikhail Gorbachev, o químico e pacifista Linus Pauling (1901–1994) e o médico e ativista antinuclear Joseph Rotblat (1908–2005).

Estes esforços foram motivados por minha crença de que é desejo sincero e comum dos povos do mundo assegurar que não se repita a matança irracional do século XX. Esta confiança permanece imutável ainda hoje: este anseio é uma corrente espiri-



Encontro com Mikhail Gorbachev (março de 2003).



Linus Pauling (fevereiro de 1987).



Joseph Rotblat (fevereiro de 2000).

tual universal que flui em todo o mundo através do coração das pessoas de boa-fé.

A vontade de desarmar

A persistência e a propagação ameaçadora das armas nucleares apresentam um grave desafio ao nosso mundo.

Os testes de armas nucleares, conduzidos ano passado pela Coreia do Norte, juntamente com seu programa de desenvolvimento de mísseis, foram vistos como séria ameaça pelos países vizinhos, incluindo o Japão. Apesar da condenação mundial expressa pelas contínuas resoluções das Nações Unidas, a Coreia do Norte mostrou-se pouco inclinada a abandonar o seu programa de desenvolvimento nuclear. Embora, no início deste ano, o impasse nas conversações das Seis Partes mostrasse alguns sinais de progresso, é impossível prever o futuro com otimismo.

Enquanto isso, incertezas com relação às intenções nucleares do Irã tornam mais perturbadores os conflitos regionais. As conseqüências são imprevisíveis, se for iniciada uma corrida nuclear. Além disso, há uma grande preocupação em relação às perspectivas de que as armas nucleares possam cair em mãos de terroristas, por meio de redes internacionais de contrabandistas, ocasionando a destruição em escala inimaginável.

É realidade lamentável que entramos no século XXI com o ônus de 27 mil ogivas nucleares. Assim,



embora seja natural que a opinião pública mundial clame para que a Coreia do Norte e o Irã abstenham-se da fabricação de armas nucleares, somente criticar estes países não oferece equilíbrio verdadeiro. Muito da responsabilidade pela atual situação deve ser atribuída aos Estados que já possuem armas nucleares. Os clamores pela não-proliferação dessas armas soarão egoísticos enquanto esses Estados se recusarem a dar passos rumo ao desarmamento.

O Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) obriga os Estados nucleares a tomar, com boa-fé, medidas para o desarmamento nuclear. Entretanto, não houve progresso nessa direção. Até mesmo existem preocupações de que o TNP se torne letra morta. Portanto, é vital que estes Estados assumam a liderança para reafirmar o compromisso com o espírito do TNP e com o Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares (CTBT).

A cada cinco anos é realizada uma conferência de revisão entre os Estados-Membros do TNP. Contudo, a conferência de 2005, realizada em Nova York, foi paralisada pela posição nitidamente conflitante dos Estados nucleares e os não-nucleares.

“A crise atual é a pior que já vi em toda a história do Tratado”,³ disse-me o Dr. Rotblat em nosso diálogo. Ele desejava que os Estados-Membros, em particular, se engajassem novamente, com boa-fé, no processo do TNP. Exigem atenção as palavras deste homem que dedicou toda a sua vida adulta ao desarmamento nuclear, e foi o último signatário vivo do Manifesto Russell-Einstein.

Jamais podemos perder de vista que todo movimento pelo desarmamento nuclear geral deve implicar esforços sinceros dos que já possuem armas nucleares. Sem ações como estas por parte dos Estados nucleares, pouco se pode fazer para deter aqueles que ignoram o ultraje da comunidade internacional e querem adquirir armas nucleares graças ao seu prestígio.

Albert Einstein (1879–1955) declarou em 1946:

“A liberação do poder do átomo mudou tudo, exceto nosso modo de pensar...”.⁴ É preciso mudar fundamentalmente o nosso modo de ver o mundo, fortalecer nosso compromisso com o futuro humano: abandonar a proliferação nuclear e seguir o caminho do desarmamento.

Einstein era, de fato, um visionário. Alguns até chegaram a argumentar que suas palavras, embora proféticas, eram difíceis de aplicar à realidade. Entretanto, parece que mesmo aqueles considerados como realistas, começaram a reconhecer a necessidade de mudança de paradigma, para a qual Einstein chamou a atenção. Evidências disso podem ser encontradas no editorial “Um Mundo Livre das Armas Nucleares”, do *The Wall Street Journal*, de autoria de George Schultz, William Perry, Henry Kissinger e Sam Nunn:

*As armas nucleares hoje representam imenso perigo, mas também a oportunidade histórica. É preciso que os líderes americanos levem o mundo ao próximo estágio — o de um sólido consenso para mudar radicalmente esta situação de dependência global das armas nucleares, como uma contribuição vital para evitar sua proliferação em mãos potencialmente perigosas e dar a elas um fim definitivo, como ameaça ao mundo.*⁵

Sem este tipo de mudança aludida nesse editorial, será difícil sair do pântano da lógica da dissuasão, enraizada na desconfiança, na suspeita e no medo.

Reconstruir a nossa visão de mundo

Os desafios políticos do desarmamento nuclear são, realmente, tomando emprestadas as palavras de Max Weber (1864–1920), um processo de “...exercício lento e forte mediante conversas árduas, combinação de paixão e juízo”.⁶ Mas a energia liberada por uma reconfiguração da forma fundamental de pensar pode alimentar o esforço tenaz necessário.

Ao mesmo tempo, sinto ser vital que o povo japonês, o único que já experimentou a desgraça de um ataque nuclear, jamais abandone o seu compromisso de oposição a essas armas. Após os testes nucleares da Coreia do Norte, alguns japoneses declararam ter chegado a hora de o Japão rever as suas opções nucleares. Mas tenho forte pressentimento de que o Japão seria surpreendido pela doutrina falha da dissuasão nuclear se começasse a avançar nessa direção.

Para os japoneses, lidar com a Coreia do Norte — nas suas ambições diplomáticas e na questão dos seqüestros de cidadãos japoneses — é extremamente difícil. Há épocas na vida em que tanto indivíduos como Estados enfrentam situações que parecem resistir totalmente à solução pelo diálogo e exigir a aplicação do *hard power*.

É exatamente quando superamos esses dilemas que são avaliados nosso verdadeiro valor humano e a força do compromisso com a paz. Como foi o caso de Einstein e de outros cientistas conscienciosos de sua época, somente seremos capazes de encontrar o caminho para a paz lidando com escolhas angustiantes à medida que surgem.

Em minha Proposta de dois anos atrás, ofereci diretrizes para um “humanismo em ação”:

*Quando entendemos que tudo muda dentro de uma interdependência, reconheceremos logo que a harmonia e a unicidade são expressões de nossa inter-relação e podemos, ao mesmo tempo, ponderar a contradição e o conflito. Portanto, a luta contra o mal, fruto do esforço de superação das nossas próprias contradições e conflitos, é experiência ingrata, mas inevitável, para alcançar um maior e mais profundo sentimento de comunicação.*⁷



Norman Cousins (fevereiro de 1987).

Subjacente a esta afirmação, expressa na referência à comunicação, está a crença de que jamais devemos perder de vista os laços que participamos, como membros da mesma família humana, uma relação que transcende as fronteiras culturais, étnicas e nacionais. Isto não é negar a realidade de pontos

de vista conflitantes: eles precisam ser encarados de cabeça erguida, para não encorajar o mal e convidar a catástrofe.

O desafio de evitar toda proliferação de armas nucleares na busca pela paz mundial é esta experiência, mas insuperável se formos derrotados pela desesperança. É crucial assegurar que toda luta contra o mal esteja solidamente enraizada na consciência da unidade da família humana, alcançado somente pelo domínio de nossas próprias contradições.

É este tipo de reconfiguração de nosso pensamento que possibilitará uma abordagem habilidosa das opções de diálogo e opressão. Quanto mais forte nosso senso de conexão como membros da família humana, melhor poderemos reduzir a um mínimo absoluto qualquer aplicação do *hard power* de pressão e, ao mesmo tempo, fazer o máximo uso possível do *soft power* do diálogo. Tragicamente, a proporção entre *hard power* e *soft power*, no caso do Iraque, foi exatamente o contrário.

A necessidade por tal mudança foi confirmada por muitos dos pensadores com quem me encontrei, igualmente preocupados com a questão. Norman Cousins (1915–1990), escritor conhecido como a “consciência da América” e com quem publiquei um diálogo, declarou com desalento em sua obra *Opções Humanas*: “O grande fracasso da educação — não somente nos Estados Unidos mas na maior parte do mundo — é que ela tornou as pessoas ‘conscientes de sua tribo’, em vez de ‘conscientes de sua espécie’.”⁸



De forma semelhante, quando me encontrei com Mohamed ElBaradei, diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em novembro do ano passado, ele declarou vigorosamente: “Continuamos a enfatizar nossas diferenças em vez do que temos em comum. Continuamos a falar sobre ‘nós’ versus ‘eles’. Somente quando começarmos a falar sobre ‘nós’ — incluindo toda a humanidade — é que realmente estaremos em paz...”.

Em nossa correspondência, Joseph Rotblat colocou a questão: “Podemos dominar as artes necessárias da segurança global e da lealdade à raça humana?”⁹ Três meses depois de me escrever estas palavras, o Dr. Rotblat faleceu. Creio que sua escolha de deixar esta questão crucial na forma de questão aberta, foi expressão do seu otimismo e da sua fé na humanidade.

Quando o nosso pensamento é reconfigurado em torno da lealdade à raça humana — nosso sentido de solidariedade — mesmo as dificuldades mais implacáveis não nos farão cair em desespero ou tolerar o uso aterrorizador da força. Será possível escapar das armadilhas deste pensamento estreito. Estaremos capacitados a nos engajar no esforço persistente que Max Weber via como o ideal de ação política e será aberta a porta para a formação do consenso e da persuasão por meio do diálogo.

A função da ira

Quando Jossei Toda, meu querido mestre, usou as palavras “a personificação do mal, um espírito maligno, um monstro”, ele se referia ao poder destruidor inerente à vida humana. É função deste poder aniquilar nosso sentido de solidariedade humana, plantando sementes de desconfiança e de suspeita, de con-



Mohamed ElBaradei e sua esposa, Aida (novembro de 2006).

flição e de ódio. Aqueles que usam armas nucleares, capazes de matar instantaneamente milhões de pessoas, revelam os mais graves sintomas desta patologia. São pessoas que perderam todo o sentido de dignidade da vida, que caíram presas de seus próprios demônios interiores.

O budismo classifica os impulsos destrutivos subjacentes, que dão origem a este comportamento, como “os três venenos” (em japonês, *sandoku*) da avareza, ira e estupidez. “O mundo da ira” pode ser considerado como a natureza da vida dos que transmitem aos outros estas intenções maldosas.

O budismo analisa a condição da vida humana em termos das seguintes dez categorias ou “mundos”: Inferno, Fome, Animalidade, Ira, Tranquilidade, Alegria, Erudição, Absorção, Bodhisattva e Buda. Juntos, estes mundos constituem um todo funcional inter-relacionado conhecidos como os Dez Mundos. É a sabedoria e a benevolência do estado de Buda que faz manifestar os aspectos mais positivos de cada um desses mundos.

Nos escritos budistas encontramos a afirmação de que “a ira pode servir tanto para o bem como para o mal”,¹⁰ indicando que uma ira justa e correta, essencial para se contrapor ao mal, é a forma do mundo da ira que cria valor positivo. A ira contra a qual devemos estar em guarda é aquela irrefreável, não controlada, com relação aos outros nove mundos. Neste caso, ela é uma força nociva e renegada, desintegrando e destruindo tudo em seu caminho.

Nesse sentido, o mundo da ira é condição de “querer sempre superar os outros, ser incapaz de apoiar os que se encontram em posição inferior e desprezar os outros e supervalorizar a si próprio”.¹¹ No mundo da ira estamos sempre propensos a nos comparar com os

outros, procurando sobrepujá-los. As conseqüentes distorções nos impedem de perceber o mundo de forma precisa; caímos facilmente em conflito, cedemos à menor provocação. Sob a influência da ira, as pessoas podem cometer atos inimagináveis de violência e carnificina.

Outro escrito budista relata um indivíduo no mundo da ira com “84 mil *yojana* de altura, as águas dos quatro oceanos chegando apenas aos seus joelhos”.¹² Um *yojana* era uma medida de distância usada na Índia antiga. Há várias explicações com relação a esta medida, mas “84 mil *yojana*” representa uma grandeza incomensurável. Esta metáfora indica como o conceito de si próprio das pessoas no estado de ira se expande e aumenta até águas profundas do oceano baterem apenas em seus joelhos.

As distorções internas que confundem o coração de uma pessoa neste estado a impede de ver os fatos em seu verdadeiro aspecto ou de fazer juízos corretos. Tudo aparece como meio ou ferramenta para satisfazer desejos e impulsos egoísticos. Em proporção inversa à escala desta arrogância inflada, a existência de outras coisas — pessoas, culturas, natureza — revela-se infinitamente insignificante: banaliza a preocupação de não fazer dano e até de matar os outros.

É este estado de mente que aprovaria o uso das armas nucleares. Pode ser igualmente visto na psicologia daqueles que defendem o uso de armas terrivelmente cruéis, como o napalm ou, mais recentemente, o urânio empobrecido e as bombas de fragmentação. Pessoas neste estado de vida são cegas, não somente aos sofrimentos que causam, mas também ao próprio valor da vida humana.

Em prol da dignidade da vida humana, jamais devemos sucumbir à desumanização entorpecente do mundo desenfreado da ira. Quando a bomba atômica foi lançada na cidade de Hiroshima não somente os militares, mas também muitos cientistas, ansiavam pelo “sucesso” daquela nova arma. Entretanto, a cons-

ciência dos cientistas genuinamente grandes estava cheia de angústia. Einstein recebeu essa notícia com um grito agonizado, enquanto Rotblat me disse que ficou completamente tomado pela desesperança. Nos seus sentimentos certamente ressoavam os que motivaram Jossei Toda a denunciar as armas nucleares.

Quando Toda falou em “extirpar” a natureza demoníaca das armas nucleares, ele tinha em mente a luta para evitar que as forças internas da ira dilacerassem os dez mundos, acabando em violência irrestrita. Clamava pelo diligente trabalho de reconfigurar corretamente a função da ira num mundo interior em que a sabedoria e a harmonia prevalecessem. Este é o verdadeiro significado de *extirpar*.

Para os membros da SGI, em particular, é, portanto, vital lembrar que não somente as nossas atividades de paz e cultura, mas também o movimento pela *revolução humana*, esforço diário para a íntima transformação da nossa vida, é um aspecto consistente e essencial no desafio histórico do desarmamento e da abolição nuclear.

Sem levar a sério a dimensão interior e pessoal, seremos dominados pelo ímpeto estrutural de uma civilização tecnológica, o que, em certo sentido, torna inevitável o nascimento de uma prole demoníaca como as armas nucleares.

Capitalismo subjogado

O mundo da ira é um aspecto integral da vida humana e, em qualquer era, a menos que seja adequadamente direcionado e limitado, seguirá furiosamente e causará devastação. Nenhuma sociedade humana foi livre de lutas, mas há características particulares da civilização contemporânea, com seu grau extremamente alto de capitalismo e desenvolvimento tecnológico, que fazem com que os potenciais inerentes à vida humana se manifestem apenas de maneira problemática.

Como mencionei antes, um mundo violento de ira



causa uma diminuição correspondente do outro, cuja presença, quase ausência, é característica cada vez maior da sociedade moderna, sobretudo em sociedades industriais avançadas.

Em 1930, John Maynard Keynes (1883–1946), conhecido como o fundador da teoria econômica moderna, homem de perspectiva singular sobre a civilização, publicou o ensaio “As possibilidades econômicas de nossos netos”. Criticava os “dois erros do pessimismo”, envolvendo a depressão econômica que assolava o mundo: “O pessimismo dos revolucionários, para quem as coisas são tão más, que nada pode nos salvar, a não ser uma transformação violenta; e o pessimismo dos reacionários que consideram o equilíbrio da vida social e econômica tão precário, que não devemos arriscar novos experimentos”.¹³

Keynes argumentava que, com intervenção e ajustes adequados do governo, seria possível resolver o problema do desemprego e retomar o crescimento econômico. Escreveu: “Caso não ocorra guerra de grandes proporções, nem crescimento populacional elevado, o *problema econômico* pode ser resolvido ou, pelo menos, ter uma solução à vista dentro de cem anos”.¹⁴ Certamente, no caso do avanço das sociedades industriais, a previsão de Keynes de uma solução do problema econômico foi certa.

As pessoas, de acordo com Keynes, têm tanto “necessidades absolutas”, que devem ser atendidas para a sua sobrevivência, quanto “necessidades relativas”, percebidas quando desejam superar e exceder seus companheiros. As primeiras possuem um limite natural, enquanto as últimas não. Uma pessoa que busca necessidades relativas, as encontra expandindo incessantemente; elas são, nas palavras de Keynes, “insaciáveis”. Este constante desejo de ser superior aos outros incorpora a essência destrutiva do mundo da ira.

Assegurar que as necessidades absolutas sejam satisfeitas, especialmente nos países em desenvolvi-

mento, é o crucial desafio que o mundo enfrenta. Mas, como demonstram os países desenvolvidos, as pessoas nem sempre ficam satisfeitas quando suas necessidades absolutas são atendidas. O ideal clássico de que as pessoas se comportarão com decoro, uma vez que suas necessidades básicas são saciadas, na prática não se provou universalmente uma realidade.

Uma sociedade na qual as pessoas são guiadas pelos imperativos de sobrevivência (necessidades absolutas) pode responder à suficiência repentina de forma desorientada, dando lugar a um número crescente do que Max Weber chama de “sensualistas sem coraço”¹⁵ e a um ceticismo geral sobre o valor do próprio trabalho árduo.

Na sociedade humana, na sociedade capitalista em particular, há uma forte tendência de as pessoas tentarem suavizar esta incerteza acumulando bens materiais, especialmente na forma de dinheiro. O dinheiro pode, naturalmente, servir de caminho para suprir as necessidades absolutas da vida. Mas quando diz respeito às necessidades relativas, o dinheiro, como capital, pode facilmente se tornar um fim em si mesmo, prisão em forma de espiral de crescimento e acúmulo incessantes.

Keynes descrevia a luta do povo preso nesta espiral:

*O amor pelo dinheiro como posse — distinto do amor pelo dinheiro como meio para as realidades e prazeres da vida — será reconhecido pelo o que é, uma morbidez repulsiva, uma daquelas tendências semicriminais e semipatológicas a quem um indivíduo cede, para arrepio dos especialistas...*¹⁶

Karl Marx (1818–1883), por sua vez, é famoso pela sua análise detalhada e precisa do que denominou “fetichismo da mercadoria” — o estado das pessoas escravizadas pelo dinheiro.

A geração atual corresponde aos “netos”, que

consta no título do ensaio de Keynes, e a evidência pela obsessão dos valores monetários, que ele chamava de “amor ao dinheiro”, está em todos os lugares. Os valores monetários superaram implacavelmente e substituíram todos os outros, os sociais ou os da vida cotidiana.

Quase todos os distúrbios que assolam o Japão nos anos recentes — os repetidos incidentes de corrupção envolvendo grandes corporações, fraudes nos seguros, escândalos em licitações, uma cultura do dinheiro, como jogo, cujas influências atingem jovens e crianças — surgiram da cobiça pelo dinheiro. Parece que o estado de vida do mundo da ira, junto com seu vizinho, o mundo da fome (um estado controlado por desejo irreprimível), realmente cresceu para uma altura de 84 mil *yojana*. Esta extravagância faz da descrição de Keynes — “semicriminal, semipatológica” — parecer suave.

Os habitantes do mundo da ira — que estão sempre procurando superar os outros, incapazes de auxiliar aqueles em posição inferior — carecem de qualquer sentido de realização. Obcecados pelo dinheiro, pretendem compensar a perpétua instabilidade de sua condição no mundo.

Diz-se que o nosso atual sistema de valores é diversificado. Na verdade, a sua ambição maior é o dinheiro, que atinge todos os domínios da sociedade e da vida diária. Na nossa íntima concepção, o que existe é um progressivo processo de decadência. Esta, como muitos salientam, é a verdadeira face do mundo contemporâneo.

Mesmo que alguém advirta contra os perigos inerentes à paixão pelo dinheiro, a história provou a impossibilidade de se eliminar os valores em espécie da sociedade

humana como meio de troca. Qualquer tentativa de se restringir forçosamente as funções do dinheiro, encontrará uma reação violenta, como provou o fracasso decisivo da experiência do comunismo no século XX. Naturalmente, qualquer retorno ao modelo pré-moderno de uma sociedade comunal, na qual os valores monetários se classificavam como abaixo daqueles dos de classe e casta (como no caso do período Edo no Japão, em que as pessoas eram classificadas em ordem descendente de classe, do samurai para o agricultor, artesão e comerciante) seria impensável para as pessoas que conhecem as facilidades modernas.

Portanto, parece que não temos escolha, a não ser aprender a viver com o sistema capitalista. Treiná-lo e domá-lo. Como indivíduos e como sociedades, precisamos desenvolver a capacidade de controlar o dinheiro e o capital, em vez de afundar no fetichismo do produto. Assim como precisamos posicionar os mundos da ira e da fome, adequadamente dentro do contexto inter-relacionado do dez mundos, é necessário reposicionar os valores econômicos dentro das várias hierarquias de valores integrantes do processo da vida.

Na proposta do ano passado, citei Michel de Montaigne (1533–1592): “Quando brinco com minha ga-

ta, sei lá se ela não se diverte mais do que eu?”¹⁷ Da mesma forma, como um primeiro passo para o revivescimento e a recuperação de nossa humanidade, precisamos nos perguntar com urgência se, quando “brincamos” com dinheiro e capital, não é de fato eles que brincam conosco?

“Nossos problemas são criados pelo homem, portanto, eles podem ser resolvidos pelo homem.”¹⁸ John F. Kennedy (1917–1963) disse estas palavras numa época em que o mundo enfrentava a saturação nu-



ILUSTRAÇÃO: HENRIQUE KUBOTA



clear. Não podemos nos dar ao luxo de considerá-las como retórica política.

O capitalismo é moral?

Gostaria agora de discutir as questões levantadas pelo filósofo francês André Comte-Sponville, em sua recente obra *Le capitalisme est-il moral?* (O capitalismo é moral?). O título é naturalmente uma ironia intencional, pois muitas pessoas considerariam o capitalismo totalmente despreocupado com questões de moralidade, valor sem sentido para ele, algo absurdo, como “procurar peixes em árvores”.

Comte-Sponville distingue quatro ordens ou domínios diferentes dentro da sociedade humana:

- A primeira é a ordem tecnocientífica e econômica, que gira em torno do eixo do que é possível versus o que não é possível.
- A segunda é a ordem jurídico-política, cujo eixo é o legal versus o ilegal.
- A terceira é a ordem da moral, cujo eixo é o bem versus o mal e o dever versus a proibição.
- A quarta é a ordem ética, a ordem do amor, cujo eixo é a alegria versus a tristeza.

Para aqueles que sustentam uma fé, a próxima ordem seria a do sobrenatural ou divino — uma quinta ordem com a qual Comte-Sponville, um ateu, não se preocupa.

Comte-Sponville afirma que estas são distinções, não divisões; que de fato, vivemos dentro de uma sobreposição simultânea destas quatro ordens. O que é crucial é a inter-relação entre elas. Cada uma controlada por uma ordem imediatamente acima: a tecnocientífica-econômica pela jurídico-política, a jurídico-política pela moral e assim sucessivamente.

A sociedade é desintegrada quando as linhas funcionais entre estas diferentes ordens são maculadas. Marx, de acordo com Comte-Sponville, confundiu to-

talmente a primeira e a terceira ordens, quando tentou moralizar a economia. O resultado foi “a mudança da utopia marxista do século XIX para o horror totalitário do século XX, do qual somos todos conscientes”.¹⁹ Para nós hoje, é igualmente um erro tentar moralizar o capitalismo.

O capitalismo gira em torno de seu próprio eixo, perseguindo sem cessar o que é possível e o que é lucrativo. Esta é a sua essência natural. Valores como a garantia do emprego e benefícios empregatícios ficam em segundo lugar. O principal é o lucro. Além disso, aqueles que vivem sob a influência da ordem tecnocientífica-econômica, podem ser tecnocratas nucleares que, na busca do possível, empenham-se para aumentar o poder da destruição e a letalidade das armas, sem pensar nos horrores resultantes de seu uso. Ou podem ser biotecnocratas que, na busca do possível, engajam-se sem hesitação na clonagem humana e na engenharia genética das células germinais, que podem minar as condições fundamentais para a dignidade do ser humano. Comte-Sponville critica esses tecnocratas como “canalhas tecnicamente competentes”.

Não é minha intenção pintar todos aqueles engajados nos campos econômicos e científicos com o mesmo pincel. Há muitos cientistas e homens de negócios que são éticos. Mas enquanto o eixo básico for o possível versus o impossível, há o perigo persistente de que os valores humanos sejam negligenciados.

Observando o nosso mundo atual, vemos claramente sinais de que essas potencialidades negativas estão se tornando realidade. Um estado de vida puramente egocêntrico, inflado à altura de 84 mil *yojana*, que marginaliza a existência do outro. Os seres humanos, entretanto, podem existir somente por meio de suas inter-relações: onde não há o outro, não pode haver o eu. A humanidade, numa palavra só, foi completamente tirada de cena. Este tipo de estranheza pode tornar as pessoas, especialmente os jovens, vulneráveis àqueles que manipu-

lam e sufocam a sua necessidade de acreditar.

Esta é a crise da civilização contemporânea. A lógica interna da ordem tecnocientífica-econômica é incapaz de limitar aqueles que são os mais responsáveis pela crise — os “canalhas tecnicamente competentes”. Esta restrição pode vir do exterior, principalmente da segunda ordem, a jurídica-política.

Da mesma forma, a lógica interna da segunda ordem é incapaz de limitar as ações dos astutos “canalhas legalísticos”, às margens da lei, e novamente deve ser aplicada uma restrição do exterior, a partir da terceira ordem, a da moral. Mas a lógica interna desta terceira ordem permite a existência de “canalhas morais” — hipócritas e dogmatistas que sabem como falar com habilidade, da boca para fora, a linguagem da moralidade.

A ordem da moral não concorda prontamente com uma restrição externa. A ordem ética, ou a ordem do amor, tem o papel de completar e desenvolver a ordem da moral a um mundo de possibilidades mais elevadas. Mesmo se as virtudes com as quais ela nos incitam sejam as mesmas, a ordem da moral tenderá a fazer isso na linguagem do dever e da obrigação. Em contraste, a ordem do amor é propelida ao longo dos vetores da alegria e da satisfação.

O argumento de Comte-Sponville é realmente penetrante em sua análise de um capitalismo global guiado pelas finanças, única e friamente preocupado com o que é possível, o que é lucrativo — e o que não é. Ao traçarmos esta linha de pensamento, temos uma nova percepção para o que Gandhi deve ter tido em mente quando declarou: “Quem afirma que a religião nada tem a ver com a política não sabe o que é religião”.²⁰

A humanidade reclama o seu lugar

O argumento de Comte-Sponville oferece uma abordagem para o pensamento sobre o ideal do humanismo em ação, descrito anteriormente. Um sentido am-

plo de solidariedade, por exemplo, é algo que claramente sobrevêm de suas terceira e quarta ordens. Mas é muito difícil colocar isto diretamente em ação quando empenhados na luta contra o mal. Devemos reconhecer que a luta contra a ordem jurídica-política pode oferecer uma limitação muito mais efetiva sobre os “canalhas tecnicamente competentes” do que o diálogo ou a persuasão — pelo menos em curto prazo.

Lembro, a propósito, as seguintes declarações de notáveis intelectuais japoneses durante um seminário realizado em 1983 sobre os desafios de se viver numa era nuclear: “Os problemas com que se depara a humanidade não podem ser lidados em nível puramente ético; requerem decisões racionais dos fazedores de política” (Shuichi Kato); “Embora a consciência e a conscientização individual sejam críticas, é ainda muito mais crítico, na época atual, a questão de como se aplica a ética na tarefa de desafiar as políticas dos Estados”²¹ (Toshiyuki Toyoda).

A virtude universal da solidariedade humana age mais efetivamente fortalecendo a segunda ordem do que intervindo diretamente na primeira.

Também gostaria de observar a ênfase inabalável de Comte-Sponville no papel central do indivíduo na criação de uma ordem social mais humana. Ele classifica estas ordens, da primeira à quarta, numa sequência ascendente de prioridades e afirma que é somente o indivíduo que pode realizar esta ascensão. Suas expectativas são focadas no indivíduo que persevera nessa progressão.

Enfatizo a importância do despertar humano como chave para esta ascensão por meio das diferentes ordens. A cada movimento para cima, a importância do ser humano cresce. Este processo é de indivíduos e da humanidade reclamando o seu lugar a partir de uma ordem tecnocientífica-econômica desumanizada.

Não é possível a transformação social, nem a criação de uma sociedade humana mais positiva, sem a elevação qualitativa dos seres humanos individuais.



Embora isto pareça óbvio, a confiança nas organizações e a submissão do indivíduo ao grupo é uma falha muito comum na história humana. Como advertiu Carl Jung (1875–1961): “Demônios totalitários são convocados, em vez da percepção de que tudo o que pode ser verdadeiramente realizado é um passo infinitesimal adiante na natureza moral do indivíduo”.²²

Como demonstra a genealogia do totalitarismo, quanto maior a ausência da humanidade, mais vulneráveis as pessoas se tornam para seu encantamento demoníaco. A sociedade de massa contemporânea, com seu elevado grau de desenvolvimento científico e tecnologias de comunicação, fornece uma ampla oportunidade para as atividades escusas dos demagogos e seus apelos perigosos.

Os “passos infinitesimais” a que Jung se refere são, de fato, absolutamente essenciais, pois sem eles, qualquer mudança positiva será frágil e facilmente destruída. A percepção de Jung ressoa profundamente com o contínuo desafio da SGI da revolução humana: “A grandiosa revolução humana de uma única pessoa irá um dia impulsionar a mudança total do destino de um país e, além disso, será capaz de transformar o destino de toda a humanidade”.²³

O falecido Michitaro Tanaka (1902–1985), eminente filósofo japonês, expressou suas elevadas expectativas pela Soka Gakkai, mesmo ao notar o risco das assim chamadas religiões elevadas — cuja essência é a fé pessoal — de evoluir para uma forma mais coletivista de expressão religiosa, à medida que seus adeptos crescem em número. Ao comentar minha obra *Revolução Humana*, Tanaka expressou sua esperança de que eu fosse bem-sucedido nos esforços de manter o aspecto da fé pessoal no budismo.

Um foco fixo na pessoa, no indivíduo, é a exata essência de nosso movimento. Acredito que, por permanecermos fiéis a este compromisso, a Soka Gakkai e a SGI cresceram até seu atual estágio. Jamais poderemos, em qualquer época futura, desviar deste cami-

nho. Seria voltar as costas ao espírito de Nitiren, fundador da tradição budista que seguimos, que afirmou claramente que devemos fazer do indivíduo nosso modelo e exemplo.

Deste ponto de vista, podemos ver claramente o potencial de nosso movimento da SGI de responder às crises da civilização e às necessidades das pessoas, fazendo a penosa ascensão rumo à recuperação da humanidade em face dos imperativos desumanizadores da ordem tecnocientífica-econômica.

Estou firmemente convencido de que a determinação de Jossei Toda de extirpar as garras escondidas nas profundezas da questão nuclear ilumina a essência da tarefa diante de nós. Com este orgulho e convicção, confio que continuaremos a avançar ao longo do amplo caminho para a paz.

Segurança sem armas nucleares

Gostaria de propor alguns meios específicos para superar os muitos problemas no mundo de hoje, causados pela competitividade compulsiva daqueles dominados pelo mundo da ira.

Crescem os temores de terrorismo nuclear de permeio a revelações sobre o mercado negro de tecnologia de armas nucleares. Os temores nascem das preocupações internacionais acerca dos verdadeiros objetivos dos programas de desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte e do Irã.

Contra este cenário, durante o Simpósio sobre Salvaguardas Internacionais, realizado em Viena em outubro do ano passado, o diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Mohamed El-Baradei, declarou que, sem nova ordem internacional ou multinacional para o ciclo do combustível, de vinte a trinta nações, por ele chamadas de “Estados com armas nucleares virtuais”, poderiam emergir com a “capacidade de desenvolver armas nucleares em um curto espaço de tempo”.²⁴ A menos que sejam tomadas medidas para conter esta alarmante tendência, o

TNP vai enfraquecer e a crise das armas nucleares se agravará.

Portanto, proponho um fortalecimento das estruturas dentro das quais os membros da comunidade internacional possam identificar uma comunhão de propósitos e trabalhar em conjunto para cumprir suas responsabilidades. Isto não irá requerer uma estrutura totalmente nova. O que eu clamo é por uma reforma — com base em um novo modelo conceitual — das obrigações estabelecidas no TNP, as quais, com 189 signatários, constitui-se no acordo de controle de armas mais respeitado pelo mundo.

O preâmbulo do TNP abre com as seguintes palavras: “Considerando a devastação que uma guerra nuclear causaria a toda a humanidade e a conseqüente necessidade de fazer todos os esforços para evitar o perigo de tal guerra e empreender medidas para salvaguardar a segurança dos povos...”.²⁵ Para este fim, saliento a importância de todas as nações, independentemente de possuírem ou não armas nucleares, trabalharem como iguais para alcançar a “segurança dos povos”, sem a dependência de tais armas. Devemos avançar juntos rumo ao derradeiro objetivo de banir as armas nucleares, por meio de um tratado similar àqueles já em vigor proibindo as armas químicas e biológicas.

À luz deste propósito comum, tornam-se claras as respectivas responsabilidades para se alcançar uma segurança sem armas nucleares: os Estados nucleares buscarão ativamente o desarmamento nuclear e os Estados não nucleares trabalharão juntos para evitar a proliferação nuclear.

O relatório “Armas do Terror”, divulgado em ju-

Comissão Blix

A Comissão de Armas de Destruição em Massa (WMDC, sigla em inglês) é um órgão independente presidido por Hans Blix, ex-diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), composto por 14 peritos em desarmamento que atuam com recursos particulares. Fundada pelo governo sueco, a comissão foi formada em 2003 para servir de suplemento às propostas multilaterais e para tratar do que Blix chamou de “estagnação” no campo do desarmamento. Especificamente, a Comissão atua para identificar rumos de cooperação internacional para o desarmamento como também oferecer propostas concretas para evitar a proliferação de armas de destruição em massa, objetivando sua redução e eliminação. O relatório final da Comissão foi apresentado ao secretário-geral da ONU em junho de 2006.

nho último pela Comissão de Armas de Destruição em Massa, um grupo independente de especialistas internacionais, chefiados pelo ex-diretor-geral da AIEA, Hans Blix (amplamente conhecida como Comissão Blix), ofereceu várias sugestões para alcançar essa segurança.

O relatório afirma o seguinte:

Enquanto um Estado continuar possuindo armas desse tipo — em particular armas nucleares —, é natural que também outros Estados as desejem. Enquanto continuar a haver ar-

*mas desse tipo no arsenal de qualquer Estado, existirá sempre um alto risco de que sejam utilizadas algum dia, por vontade ou por acidente. Ambos os casos, seria uma catástrofe... A Comissão rejeita a opinião de que as armas nucleares nas mãos de alguns não constituem ameaça, nas mãos de outros colocam o mundo em risco mortal.*²⁶

Esta rejeição da noção da dissuasão envolta em temor e suspeita coincide com o pensamento que fundamentou a condenação inequívoca que fez Jossei Toda das armas nucleares como um mal absoluto.

Obviamente, as questões envolvendo os programas de desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte e do Irã necessitam ser direcionadas individualmente e a toda velocidade. Ao mesmo tempo, evitar o surgimento destas questões no futuro exigirá uma transformação na conscientização de toda a comunidade internacional. Para facilitar, defendo a convocação o mais breve possível de uma cúpula mundial ou uma Sessão Especial da Assembléia Geral



das Nações Unidas para iniciar um debate e buscar o objetivo consensual de uma segurança global sem armas nucleares.

As primeiras tarefas deste encontro seriam: (1) Encorajar a estrutura internacional para cada um dos três pilares do TNP — evitar a propagação de armas nucleares, incentivar o desarmamento nuclear e promover a cooperação no uso pacífico da energia nuclear; e (2) adotar uma declaração na qual todos os países se comprometam a cumprir suas responsabilidades comuns para se alcançar uma segurança global sem armas nucleares. Esta declaração serviria como ponto de partida para o sincero empenho das nações do mundo pelo derradeiro objetivo do TNP de “cessar a produção de armas nucleares, a liquidação de todos os estoques existentes e a eliminação dos arsenais nacionais de armas nucleares e os meios de sua utilização”.²⁷ Em outras palavras, pela abolição e proibição das armas nucleares.

Liderança na luta pela abolição nuclear

Na minha proposta de paz deste ano, trago algumas sugestões e idéias específicas de apoio à transição para um mundo sem armas. O primeiro conjunto de propostas se refere à necessidade de ações para o desarmamento nuclear.

De acordo com o Tratado sobre Reduções Ofensivas Estratégicas — Tratado de Moscou — assinado pelos Estados Unidos e pela Federação Russa em 29 de maio de 2002, os dois países se comprometem a reduzir o seu poder estratégico de ogivas nucleares a um nível entre 1.700 e

2.200 até o final de 2012. Este tratado, porém, não inclui medidas para a eliminação completa dos arsenais nucleares.

Como passo seguinte, faço forte apelo para que os Estados Unidos e a Federação Russa reduzam seus arsenais de mísseis estratégicos para cem ogivas e firmem um novo tratado bilateral por meio do qual se comprometam a eliminá-los completamente, posicionando-se, portanto, como líderes nos esforços globais para o desarmamento nuclear.

Ambas as nações devem também empreender esforços, de acordo com suas obrigações para com o desarmamento nuclear enumeradas no Artigo VI do TNP, visando à adoção de um novo tratado de desarmamento nuclear que inclua todos os países detentores dessas armas, sejam estes signatários ou não do TNP.

Desde setembro de 2006, os Estados Unidos e a Federação Russa vêm estudando um novo regime de

Fórum do Artigo VI

O Fórum do Artigo VI foi estabelecido em resposta à crise do regime de não-proliferação e desarmamento que se evidenciou com o fracasso da Conferência de Revisão do TNP.

Ao estabelecer o Fórum, a Iniciativa de Potências Médias — um grupo de governos de “potência média” e ONGs internacionais dedicados à abolição nuclear — objetivava “criar um local informal onde diplomatas, peritos e ONGs pudessem discutir formas para fortalecer o regime de não-proliferação e de desarmamento nuclear por meio do TNP”. O fórum inaugural foi realizado em outubro de 2005 com a participação de representantes de 28 governos.

O nome do fórum deriva do artigo do TNP no qual os Estados nucleares se comprometem a eliminar seus arsenais.

O objetivo é promover a cooperação internacional para evitar a proliferação dessas armas e cumprir as obrigações atuais de redução e eliminação dos arsenais nucleares.

inspeção e acompanhamento contínuos, em substituição ao Tratado de Redução de Armas Estratégicas (Start 1), que expira em 2009. Da mesma forma, os sistemas de armas nucleares britânicos chegarão ao fim de sua vida útil em meados de 2020. No ano passado ocorreu um debate sobre a renovação dos sistemas. Acredito que tais acontecimentos devem oferecer uma oportunidade para o desarmamento de todos os Estados nucleares — e não para o aumento de arsenais nucleares ou o desenvolvimento de novas armas.

Para este fim, gostaria de propor a formação de uma agência internacional de desarmamento nuclear dentro das Nações Uni-

das que coordene as negociações para um tratado. Este órgão deverá ter poderes de inspeção para assegurar que, uma vez em vigor, o tratado seja devidamente implementado.

Incentivos neste sentido já existem. Nos dois últimos anos, o Fórum Artigo VI, constituído por Estados e organizações não-governamentais (ONGs) em defesa do desarmamento, tem clamado por negociações visando ao cumprimento das obrigações de desarmamento nuclear, estipuladas no Artigo VI do TNP e ao exame dos elementos técnicos, políticos e legais necessários para um mundo livre de armas nucleares.

Para encorajar estas iniciativas, devo repetir o pedido que fiz em minha proposta do ano anterior pela instituição de uma década de ações dos povos do mundo pela abolição nuclear. Em particular, clamo ao Japão, a única nação que viveu o pesadelo da bomba atômica, que assuma a liderança nos esforços para a concretização da década, unindo a comunidade internacional à causa do desarmamento e da abolição nuclear, importante contribuição para a mudança da história da humanidade.

A necessidade do amplo engajamento popular com a questão do desarmamento é ressaltada no relatório da Comissão Blix:

*As ADMs [armas de destruição em massa] não são desafios somente para os governos e as organizações internacionais. Comunidades de pesquisa, organizações não-governamentais, sociedades civis, empresas, meios de comunicação e o público em geral dividem responsabilidades nesses desafios. Todos devem opinar e ser incentivados a contribuir com soluções.*²⁸



Conferência Internacional realizada pelo Instituto Toda (Moscou, junho de 2001).

rede de cidadãos desejosos por livrar o mundo do perigo nuclear.

Para celebrar o 50º aniversário da declaração de Jossei Toda, o Instituto Toda para a Paz Global e Pesquisa de Políticas, que fundei com o propósito de dar forma institucional a seu sonho, planeja realizar uma conferência internacional sobre abolição nuclear no mês de setembro próximo em São Francisco. As conclusões desta conferência serão compiladas num relatório entregue às Nações Unidas e aos governos nacionais, na esperança de fomentar mais discussões sobre caminhos condutores à segurança sem depender das armas nucleares.

Prevenção e combate à proliferação

Meu segundo conjunto de propostas refere-se a medidas para evitar a propagação de armas nucleares.

Precisamos primeiro nos empenhar em assegurar que o Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares (CTBT) entre em vigor o mais breve possível. Desde sua adoção pela Assembléia Geral em 1996, o CTBT permaneceu no esquecimento porque alguns países, incluindo os Estados Unidos, não o ratificaram, condição requerida para que ele entrasse em vigor. Conseqüentemente, começaram a surgir dúvidas quanto à viabilidade do CTBT.



Reconheço que a sua força moral teve efeito inibidor, o que é constatado pela não ocorrência de testes nucleares nos últimos anos. Não somente os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, todos possuidores de armas nucleares, declararam moratória dos testes, como também o fizeram a Índia e o Paquistão. Como resultado, até o teste nuclear feito pela Coreia do Norte em outubro do ano passado, não houve outros durante o período de oito anos desde 1998.

Ainda que a perspectiva de que entre em vigor não seja imediata, deveríamos procurar meios para impulsionar o CTBT à plena operação, fazendo-o, por exemplo, vigorar provisoriamente pela ratificação de um número específico de nações.

Necessitamos também de uma estrutura institucional mais forte para evitar que programas de energia atômica para uso pacífico sejam desviados para o desenvolvimento de armas nucleares.

Em setembro passado, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) realizou manifestação especial sobre garantias de fornecimento de combustível nuclear e a não-proliferação de armas nucleares, coincidindo com sua Conferência Geral em Viena. O encontro examinou propostas para a cooperação multilateral sob a égide da AIEA, visando ao fornecimento seguro de combustível nuclear para aplicações pacíficas. A AIEA iniciou a formulação de recomendações para o projeto, tendo em vista a adoção na reunião do Conselho de Governadores. Peço mais uma vez aos Estados que olhem além de seus interesses e procurem o melhor caminho para evitar a proliferação das armas nucleares.

Clamo também pelo debate em reuniões de cúpula e em outros fóruns sobre o conceito de *No First Use*, aprovado pelas nações nucleares, e a formalização de garantias de segurança negativa por meio das quais estes Estados declarem não fazer ameaças nem utilizar armas nucleares contra países não detentores des-

sas armas. Essas medidas poderiam ajudar a mudar o panorama internacional em relação à necessidade de manter armas nucleares, reduzindo o número de países aspirantes à posição de potência nuclear. As garantias de segurança negativa são particularmente vitais para a eficiência e integridade das Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLAN).

Também em setembro, cinco nações — Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão — assinaram o Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares da Ásia Central. O tratado proíbe o desenvolvimento, a produção ou a posse de armas nucleares dentro da região, e é o sexto tratado mundial que estabelece uma ZLAN, depois de acordos que abrangem a Antártica, a América Latina, o Pacífico Sul, o Sudeste Asiático e a África.

É de especial importância apoiar as Nações Unidas no que diz respeito ao seu papel na condução da assinatura desse tratado. Espera-se que a ONU baseie-se nisso para oferecer apoio a negociações similares no futuro, especialmente nos casos em que discussões se limitam unicamente aos Estados envolvidos ou que enfrentam dificuldades. Isso deve ser parte de nossa busca comum por métodos de segurança livre de armas e, ao mesmo tempo, deslegitimar a posse ou a ameaça pela posse de armas nucleares como uma extensão da diplomacia de Estado.

Há vários precedentes históricos que demonstram que o desenvolvimento ou mesmo a posse de armas nucleares não é permanente nem irreversível. O Canadá, por exemplo, participou do Projeto Manhattan, mas recusou corajosamente a opção de produzir armas nucleares; o Brasil e a Argentina abandonaram seus programas de desenvolvimento das armas; a África do Sul desmantelou seus arsenais e uniu-se ao grupo de Estados não-nucleares.

Lembro ainda o exemplo da Ucrânia: herdou um enorme arsenal nuclear quando da dissolução da União Soviética, mas preferiu desfazer-se dele em troca de garan-

tias de segurança e ajuda econômica dos Estados Unidos, da Rússia e de outros países. O caso da Ucrânia é exemplar. Demonstra como saber lidar com a Coreia do Norte na delicada questão das armas nucleares.

Acredito, porém, que o único modo de resolver a questão fundamental dos programas nucleares da Coreia do Norte e do Irã seja através de diálogos para livrar totalmente as referidas regiões da ameaça de agressão. Em outras palavras, transformar o Nordeste da Ásia e o Oriente Médio em zonas livres de armas nucleares. Por outro lado, mesmo que essas nações abandonem seus programas de desenvolvimento nuclear, sempre haverá o perigo de reiniciá-las em caso de mudanças no cenário internacional ou a reviravoltas na política nacional.

Espaço exterior e comércio de armas

Considero a desmilitarização do espaço uma questão urgente para perspectivas a longo prazo visando à paz mundial.

O Tratado do Espaço Exterior estabelece princípios que determinam o uso pacífico do espaço. Porém, embora esse tratado proíba o uso da Lua e de outros corpos celestes para fins militares, não define claramente os limites do uso de outras partes do espaço e, nos anos recentes, crescem apelos para estender e ampliar o seu propósito, em resposta ao avanço da tecnologia.

Este ano marca o 40º aniversário da entrada em vigor do Tratado do Espaço Exterior. Haveria melhor oportunidade do que

esta para rever e debater a finalidade e o conteúdo do tratado?

A Comissão Blix recomenda a proibição de armas no espaço exterior, a adesão universal ao Tratado do Espaço Exterior, a expansão dos objetivos do tratado e a proibição de testes de armas no espaço. Por mim, proponho a formação de um amplo painel para discutir a desmilitarização do espaço sob os auspícios da Secretaria Geral das Nações Unidas.

A última questão sobre desarmamento que merece análise é a do controle de transferência internacional de armas convencionais, responsável pela perda de inúmeras vidas em guerras civis e em conflitos regionais no mundo inteiro. Existem armas de destruição em massa para todos os fins e propósitos.

Atualmente há cerca de 640 milhões de armas

leves ou de pequeno porte em circulação pelo mundo inteiro. Mais de oito milhões são fabricadas a cada ano. A proliferação destas armas favorece a violação dos direitos humanos e os conflitos armados que matam mais de mil pessoas por dia.

Em outubro de 2003, um grupo de ONGs lançou a campanha “Controle de Armas”. Este movimento repercutiu a ponto de obter apoio entre governos e gerar uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2006, abrindo caminho para um tratado de comércio de armas. Este tratado, por sua vez, definiria os limites legais da transferência internacional de armas e evitaria o deslocamento não só de armas pequenas, mas de

Tratado do Espaço Exterior

O Tratado sobre Princípios que Regem as Atividades dos Estados na Exploração e Utilização do Espaço Exterior, Incluindo a Lua e outros Corpos Celestes, ou Tratado do Espaço Exterior, entrou em vigor em 10 de outubro de 1967. Foi o segundo dos chamados tratados de “não-armamento”, seguindo o Tratado da Antártica de 1961. Da mesma forma que esse tratado, objetivava evitar “uma nova forma de competição colonial”.

O artigo IV diz respeito ao controle de provisões de armas, restringindo as atividades de dois modos:

Primeiro, firma um compromisso de não depositar na órbita em torno da Terra, instalar na Lua ou em qualquer outro corpo celeste ou estação espacial, armas nucleares ou qualquer outro tipo de arma de destruição em massa.

Segundo, limita o uso da Lua e de outros corpos celestes exclusivamente a propósitos pacíficos e proíbe expressamente seu uso para estabelecimento de bases militares, instalações ou fortificações, para testes de qualquer tipo de arma ou para realizar manobras militares.



convencionais, que estão fora desses limites.

A Secretaria Geral da ONU pedirá opiniões aos Estados-Membros sobre o tratado de comércio de armas e as encaminhará à Assembléia Geral dentro de um ano. Um grupo de especialistas governamentais submeterá então a questão com mais profundidade e um relatório mais detalhado à Assembléia Geral em 2008.

Nos últimos treze anos, venho pedindo repetidas vezes pelo fortalecimento das estruturas internacionais que regularizam o comércio de armas visando ao objetivo maior da desinstitucionalização da guerra. É minha ardente esperança que esse tratado seja firmado o mais breve possível. Quando isso ocorrer, será o segundo tratado de desarmamento, após a Convenção sobre a Proibição das Minas Terrestres Antipessoais, em que as ONGs desempenharam papel fundamental. Não tenho dúvidas de que isto fortalecerá as negociações em outros campos relacionados ao desarmamento.

Ações pela paz: herança da SGI

Devo agora falar da Ásia, uma região que há muito é assolada por conflitos e tensões, e propor idéias para a cooperação regional no século XXI. Apresento algumas considerações preliminares relembando a origem da Soka Gakkai e da SGI e a jornada de meus esforços pela paz e o desenvolvimento da região Pacífico-Asiática.

A base do movimento da SGI pela paz é a filosofia humanística de Nittiren Daishonin. Já disse que somos especialmente inspirados pela declaração de Jossei Toda sobre a abolição das armas nucleares e, se retorno um século, pelo livro *Jinsei Chirigaku* (Geografia da



Tsunessaburo Makiguti e sua obra *Geografia da Vida Humana*, publicada em 1903.

Vida Humana), de autoria de Tsunessaburo Makiguti (1871–1944), o fundador e primeiro presidente da Soka Gakkai.

A idéia culminante desta obra é a transição de uma competição desumana em que o forte se impõe ao fraco em busca de prosperidade material para uma “competição humanitária”, em que os Estados se beneficiem ao beneficiar os outros pelo engajamento ativo com a comunidade internacional.

Quando *Jinsei Chirigaku* foi publicado em 1903, o imperialismo e o colonialismo eram as forças dominantes no mundo. No entanto, nessa época, Makiguti frisava a necessidade de criar relações de crescimento mútuo e não de destruição mútua entre as pessoas: “Nossa vida depende do mundo, nosso lar é o mundo, e o mundo é nosso campo de atuação”.²⁹

Ele caracterizava o Japão como a “fachada” da “Avenida Pacífico”, condenava a política do expansionismo militar na Península Coreana e China almejada pelo Japão.

Anos mais tarde, seus devotados esforços somados aos de seu discípulo Jossei Toda resultariam em sua obra maior — *Soka Kyoikugaku Taikei* (Teoria do Sistema Educacional de Criação de Valores). Nesta obra, Makiguti elabora uma filosofia educacional dedicada à realização da felicidade individual e da alheia — em



Proposta de Paz 2007

outras palavras, à criação de uma nova era de competição humanitária pelo poder da educação.

Dezoito de novembro de 1930, data da publicação do livro — a cristalização do ideal de mestre e discípulo, de seus esforços conjuntos em prol do objetivo comum — foi o dia da fundação da Soka Gakkai.

Obviamente, a postura de Makiguti, que atribuía prioridade ao indivíduo e à humanidade sobre o Estado, era totalmente oposta à posição do governo militarista da época, provocando crescente reação das autoridades. Em consequência, tanto Makiguti como Toda foram detidos (em julho de 1943) sob acusação de violação da Lei de Preservação da Paz e por falta de respeito ao Imperador. Ambos, no entanto, recusaram-se a renegar suas convicções.

Quando morreu na prisão, a 18 de novembro de 1944, Makiguti estava com mais de 70 anos de idade. Toda foi afinal libertado em 3 de julho de 1945. Os dois anos de prisão cobraram-lhe alto preço de sua saúde.

Escolhi Jossei Toda como meu mestre de vida. Quando terminou a guerra, decidi entrar para a Soka Gakkai porque Toda lutara bravamente até o fim contra o militarismo fascista, apesar das duras condições de sua prisão.

Lei de Preservação da Paz

A Lei de Preservação da Paz foi decretada no Japão em 1925, no mesmo ano da lei que garantia o direito de voto universal masculino, como uma forma de compensação. A lei estabelecia prisão de até dez anos como punição para quem se unisse a organizações cujo intento era alterar o sistema de propriedade particular ou a “política nacional” do Japão, ou seja, o sistema imperial. A lei foi modificada duas vezes, em 1928 e 1941, ambas as ocasiões para expandir o escopo das atividades proibidas e aumentar a severidade das punições e, dessa forma, incluir a pena de morte. A Lei de Preservação da Paz foi a principal ferramenta para a supressão de idéias dissidentes no Japão, com dezenas de milhares de detenções, prisões e processos. Apesar de a pena de morte não ter sido decretada oficialmente, vários detentos morreram por tortura ou suicídio. A lei foi abolida pelas autoridades de ocupação em outubro de 1945.



Cela da Casa de Detenção de Tóquio onde Makiguti e Toda ficaram presos.

Durante a guerra, minha família, em duas ocasiões, perdeu a casa em bombardeios aéreos. Meus quatro irmãos foram convocados; o mais velho morreu em combate na Birmânia, atual Mianmar. Ainda hoje ecoam em meus ouvidos as palavras que ele me disse quando se encontrava de licença temporária do serviço militar na China: “Não há glória alguma na guerra. O que o exército japonês está fazendo com o povo chinês é terrível. Quanta arrogância, quanta prepotência!”

Estas experiências pessoais da guerra, somadas às que vivi no período em que recebi instrução direta de Jossei Toda, formam a base inabalável de minha ação pela paz.

Depois da guerra, o único empenho de Toda foi a reconstrução da Soka Gakkai. Abraçou o ideal que herdou de seu mestre Makiguti. Ao mesmo tempo, almejava ardentemente a paz da Ásia e a felicidade de seus povos, e clamava aos jovens japoneses para que assumissem como missão pessoal a realização desses objetivos.

“Todas as nações do mundo, grandes ou pequenas, desejam ardentemente a paz, ainda que nenhuma delas esteja sob ameaça constante da guerra!”³⁰ O brado apaixonado de Toda aos jovens se ergueu luminoso na Declaração pe-

ca constante da guerra!”³⁰ O brado apaixonado de Toda aos jovens se ergueu luminoso na Declaração pe-



la Abolição das Armas Nucleares e na sua filosofia de cidadania global, extraordinária visão do futuro.

Infelizmente, Toda nunca teve a oportunidade de viajar pelo mundo. Mas me pediu, como se fosse uma das últimas instruções que me dava: “Há vastos continentes além do oceano. O mundo é imenso. Há pessoas cheias de sofrimento. Há crianças aterrorizadas que vivem sob as sombras da guerra. Você deve partir! Deve percorrer o mundo em meu lugar!”

A 2 de outubro de 1960, parti para minha primeira jornada ao estrangeiro com o desejo de fazer a minha parte pela paz mundial. Foi dois anos depois do meu mestre falecer e logo depois de tomar posse como terceiro presidente da Soka Gakkai. Visitei as Américas do Norte e do Sul, levando no bolso do paletó, junto ao meu coração, o retrato de Jossei Toda.

Escolhi o Havaí como primeira parada, devido à grande tragédia desencadeada pelo ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941. Queria gravar aquela lição histórica nas profundezas de meu ser e reafirmar a minha determinação de criar uma corrente incessante rumo a um mundo sem guerra.

Visitei várias cidades incluindo São Francisco, berço das Nações Unidas e Nova York, onde acompanhei o debate da Assembléia Geral na Sede da ONU. Saí meditando profundamente sobre o papel central do organismo internacional na edificação de um mundo de paz.

Pontes de amizade em toda a Ásia

Em 1961, viajei para Hong Kong, Ceilão (Sri Lanka), Índia, Birmânia (Mianmar), Tailândia e Camboja. Em cada país fiz sinceras orações às vítimas da guerra e refleti profundamente sobre o desafio de concretizar a paz duradoura na Ásia.

Quando visitei Bodhgaya, na Índia, por tradição o



Instituto de Filosofia Oriental (IFO).

local onde Sakyamuni atingiu a iluminação pela primeira vez, senti profundamente a necessidade de uma instituição dedicada à pesquisa das tradições e do pensamento filosófico dos povos da Ásia e demais continentes a fim de fundar os alicerces de um mundo sem guerra. Em 1962,

criei o Instituto de Filosofia Oriental (IFO), com a missão de pesquisas e promover o diálogo entre diferentes civilizações e tradições religiosas.

Durante minha estada na Tailândia, apresentei planos para o estabelecimento da Associação de Concertos Min-On, cuja fundação se daria em 1963. Tudo isso nasceu de minha convicção de que o entendimento mútuo entre as pessoas comuns é a base para a paz, e o intercâmbio artístico e cultural desempenha papel fundamental para plantar esta certeza.

Naquela viagem pela Ásia, vi com os próprios olhos a nuvem escura que recobria a região dividida pela Guerra Fria. Logo depois dessa visita, a Guerra do Vietnã se alastrou pelo país com o início dos ataques aéreos contra o Norte em fevereiro de 1965.

Isso ocorreu dois meses depois que eu comecei a escrever em Okinawa (ainda sob ocupação americana) a obra que viria a ser a maior empreitada de minha vida, o romance *Revolução Humana*. O livro começa com esta frase: “Nada existe mais bárbaro do que a guerra. Nem houve fato mais trágico do que a guerra”.³¹ Quando soube do agravamento da guerra no Vietnã, reconheço que me sobreveio um profundo ódio pela tragédia que se repetia na Ásia.

Quando o combate se intensificou, as tensões aumentaram, cresceu o temor de um confronto direto entre a China e os Estados Unidos. Era imperativo dar um basta à guerra o mais rápido possível. Assim, em novembro de 1966, fiz um apelo público pelo cessar fogo imediato e por uma conferência de paz que reu-

nisse ambas as partes envolvidas. Clamei, mais uma vez, em agosto de 1967, para que fossem suspensos os bombardeios no Vietnã do Norte.

Em 8 de setembro de 1968, divulguei a proposta de normalização das relações diplomáticas sino-japonesas, com base na minha crença de que acabar com o isolamento da China dentro da comunidade internacional era condição absolutamente necessária, não só para a estabilidade da Ásia, mas, sobretudo para a paz mundial.

Na época, minha proposta não foi bem recebida no Japão. Crescia a imagem da China como nação inimiga. Era insustentável negar a um país, com aproximadamente vinte por cento da população mundial, um lugar nas Nações Unidas ou que não mantivesse relações diplomáticas com seu vizinho, o Japão. Mais uma vez, senti-me inspirado por meu mestre Toda, quem costumava expressar a convicção de que a China desempenharia papel fundamental na história do mundo e que a amizade entre os dois países seria de suma importância.

Diálogo no mundo inteiro

No início da década de 1970, iniciei o meu diálogo com proeminentes líderes e pensadores de vários países, erguendo pontes de amizade para atravessar fendas profundas de um mundo cada vez mais dividido.



Daisaku Ikeda divulga sua proposta pela normalização das relações diplomáticas sino-japonesas numa reunião de estudantes da Soka Gakkai (Tóquio, 8 de setembro de 1968).



Encontro com Richard Coudenhove-Kalergi (outubro de 1970).



Arnold Toynbee (maio de 1972).

Em 1970, encontrei-me com o conde Richard Coudenhove-Kalergi (1894–1972), um dos proponentes pioneiros da unificação da Europa, e conversamos por quase dez horas sobre as perspectivas para uma civilização pacífica e outras questões. Em 1972 e 1973, realizei um diálogo com um dos mais notáveis historiadores do século XX, Arnold Toynbee (1889–1975). Nossas conversas abrangeram uma variedade de tópicos, inclusive o do caminho para a integração global. Ele me pediu, por ser mais jovem, que conduzisse os trabalhos do diálogo de forma a unir toda a humanidade. Senti que confiava a mim a tarefa

que acalentava em seu próprio coração.

Desde então, venho dialogando com várias personalidades dos cenários religioso, cultural e governamental, comprometidas com ações nos seus respectivos campos pelo futuro da humanidade. Até o momento, 43 desses diálogos foram publicados em livro.

Em janeiro de 1973 escrevi uma carta ao presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon (1913–1994),



pedindo pelo fim da Guerra do Vietnã e a enviei por intermédio de Henry Kissinger, na época seu assessor de Segurança Nacional. Posteriormente, encaminei ao presidente Nixon uma proposta apresentando meu ponto de vista sobre o papel da América em relação ao mundo. Expressei-lhe meu sincero respeito pela brilhante herança espiritual que remonta às origens do país, herança que deve ser manifestada na liderança pela paz, pelos direitos humanos e pela coexistência, para que haja mudanças positivas no mundo.

Foi com a mesma convicção que fundei, em setembro de 1993, o Centro de Pesquisas para o Século XXI de Boston (BRC), uma instituição dedicada à educação para a paz e o diálogo e a Universidade Soka da América (SUA), inaugurada em maio de 2001.

Durante 1974 e 1975 visitei a China, a União Soviética e os Estados Unidos na condição de cidadão comum, na esperança de contribuir para amenizar as tensões entre as três nações. Na época, era real o perigo de que o mundo se dividisse em três blocos hostis, se as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética continuassem a se deteriorar e o confronto sino-soviético se agravasse.

Na minha primeira visita à China, em maio de 1974, vi o povo de Pequim construindo vas-

ta rede de abrigos subterrâneos temeroso da ameaça do ataque soviético. Em setembro do mesmo ano, visitei a União Soviética pela primeira vez e me encontrei com o premiê Alexei Kosygin (1904–1980). Disse a ele da grande preocupação do povo chinês com as intenções da União Soviética e perguntei-lhe diretamente se seu país planejava atacar ou não a China. O premiê respondeu que a União Soviética não tinha nenhuma intenção de atacar ou isolar a China.

Levei esta mensagem em minha próxima visita à China, em dezembro daquele ano. Foi nesta ocasião que me encontrei com o premiê Chu Enlai (1898–1976) e conversamos sobre a importância da China e do Japão trabalhando juntos pela prosperidade e paz do mundo.

No nosso encontro, o premiê Chu enfatizou que a China não desejava ser uma superpotência. Somada às palavras do premiê Kosygin, esta declaração me convenceu de que estavam diminuindo as tensões entre os dois países. De fato, foi o que aconteceu.

Em janeiro de 1975, visitei os Estados Unidos e troquei idéias com o secretário de Estado Henry Kissinger. Quando disse-lhe do desejo do premiê Chu Enlai de assinar um Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês, Kissinger disse que concordava e apoiava a idéia.



Centro de Pesquisas para o Século XXI de Boston (BRC).



Campus de Aliso Viejo da Universidade Soka da América (SUA), Califórnia.



Alexei Kosygin (maio de 1975).



Chu Enlai (dezembro de 1974).

Proposta de Paz 2007

No mesmo dia em Washington encontrei-me com o ministro das Finanças japonês, Masayoshi Ohira (1910–1980). Transmíti-lhe as palavras de Kissinger e dei minha opinião da absoluta necessidade deste tratado. Ohira, mais tarde primeiro-ministro, respondeu estar totalmente comprometido em firmar o tratado. Três anos depois, em agosto de 1978, o Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês foi oficialmente firmado.

Na minha terceira visita à China, em abril de 1975, encontrei-me com o vice-prêmio Deng Xiaoping (1904–1997) em Pequim. Tive também a oportunidade de conversar com o príncipe Norodom Sihanouk, monarca cambojano em exílio, sobre caminhos que levariam a paz a seu país.

Foi por ocasião dos diálogos sobre a construção da paz, que a Soka Gakkai Internacional foi fundada no dia 26 de janeiro de 1975, em Guam, ilha onde foram travados combates violentíssimos durante a Segunda Guerra Mundial. Representantes de 51 países e territórios reuniram-se para iniciar um movimento pela paz, hoje desenvolvida numa rede popular em 190 países e territórios.

Por volta dessa época, comecei a dedicar minhas energias aos intercâmbios educacionais, particularmente à promoção de programas de intercâmbio universitário, com o intuito de formar líderes para as futuras gerações. Em minhas viagens a vários países, sempre procurei arranjar tempo para visitar universidades e instituições educacionais e trocar idéias com membros dos corpos docente e discente.

Em 1968, como herdeiro dos ideais dos presidentes Makiguti e Toda, fundei o sistema educacional Soka e, em 1971, a Universidade Soka. Estava determinado a fazer destas escolas centros de aprendizado consagrados ao ideal da paz e ao trabalho com educadores do mundo inteiro.



Hu Jintao (abril de 1988).

Em abril de 1974, pouco antes de minha primeira visita à China, fui convidado a palestrar na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Este foi o meu primeiro discurso em universidade. Em maio de 1975, proferi um discurso intitulado “Um novo caminho para o intercâmbio cultural Oriente-Occidente” na Universidade Estatal de Moscou, quando fiz a seguinte declaração, que ainda mantenho com firmeza:

Em nenhum outro momento na história houve tanta necessidade por um “Caminho da Seda espiritual” que se estenda às pessoas do mundo todo e que transcenda barreiras nacionais e ideológicas, unindo as pessoas no nível mais básico.³²

Naquela ocasião, recebi o título de Doutor Honorário da Universidade Estatal de Moscou. Acabei sendo agraciado com 202 títulos de doutor e professor honorário de universidades e instituições acadêmicas de todo o mundo. Considero estas homenagens mais como reconhecimento das ações da SGI, do que de minhas próprias realizações. Elas também são prova de que as edificações do saber, as universidades do mundo, podem se unir e compartilhar o sincero desejo pela paz e pelo humanismo.

É meu sincero desejo que o caminho do diálogo que construí torne-se um “Caminho da Seda espiritual”, capaz de unir os corações das pessoas, ao qual me referi no discurso na Universidade Estatal de Moscou.

Desde 1980 venho conduzindo diálogos com importantes personalidades do mundo. Particularmente, com os líderes dos países asiáticos que sofreram as atrocidades perpetradas pelo militarismo japonês durante a guerra e ainda nutrem sentimentos confusos em relação ao Japão. Os diálogos confrontam as tra-



gédias do passado e acenam com um futuro cheio de esperança pela paz duradoura na Ásia.

Entre os líderes políticos e chefes de Estado com quem me encontrei nessas iniciativas para aprofundar a confiança e a amizade com os povos da Ásia estão: os presidentes Jiang Zemin e Hu Jintao, da China; os primeiros-ministros Lee Soo-sung e Shin Hyon-hwak, da Coreia do Sul; os presidentes Corazón Aquino e Fidel Ramos, das Filipinas; o presidente Abdurrahman Wahide, da Indonésia; o sultão Azlan Shah e os primeiros-ministros Mahathir Mohamad, da Malásia; o presidente S.R. Nathan e o primeiro-ministro Lee Kuan Yew, de Cingapura; o rei Bhumibol Adulyadej e o primeiro-ministro Anand Panyarachun, da Tailândia; os presidentes Natsagiin Bagabandi e Nambiar Enkhbayar, da Mongólia; o rei Birendra Bir Bikram Shah Dev, do Nepal; os presidentes Kocheril Ramon Narayanan e Ramaswamy Venkataraman e os primeiros-ministros Rajiv Gandhi e Inder Kumar Gujral, da Índia.

Todos os anos, desde 1983, apresento idéias para o fortalecimento das Nações Unidas e para a solução de questões globais, em comemoração do Dia da SGI (26 de janeiro), com destaque especial na paz da região Pacífico-Asiática.

Por exemplo, sobre a busca da paz e estabilidade na Península Coreana, embora ainda restem muitos desafios, com o decorrer do tempo houve progressos



Corazón Aquino
(abril de 1991).



S.R. Nathan
(novembro de 2000).



Rajiv Gandhi
(novembro de 1985).

na concretização de algumas propostas que fiz: a realização de uma reunião de cúpula Norte-Sul, a assinatura de um acordo de não-agressão mútua e renúncia à guerra, e as conversações multilaterais para resolver questões referentes ao programa nuclear da Coreia do Norte.

Nas propostas mais recentes tenho sugerido a promoção de uma pesquisa conjunta que encontre a melhor forma de construir as bases para a mútua compreensão da história da Ásia. Venho também insistindo na necessidade de lembrar o espírito predominante na época da normalização das relações diplomáticas entre o Japão e a China, como meio de estreitar as relações bilaterais. Meus diálogos com líderes políticos e culturais asiáticos conduzem à criação de um ambiente propício à realização desses ideais.

Foi particularmente gratificante testemunhar as conversações da cúpula China-Japão e Coreia do Sul-Japão, realizadas em outubro de 2006, primeiros passos

para o estreitamento das relações sino-japonesas e nipocoreanas depois de muitos anos de elevadas tensões como valeu a pena saber da nomeação para a Secretaria Geral das Nações Unidas, no início do ano, do ministro do Comércio e das Relações Exteriores da Coreia do Sul, Ban Ki-moon, segundo asiático a ocupar o posto. Externo os meus mais sinceros votos pelo seu sucesso e espero que, sob sua liderança, os esforços da ONU sejam mais vigorosos para promover a paz mundial.

Fortalecimento das relações regionais

Este ano marca o 400º aniversário da chegada da primeira de uma longa série de delegações diplomáticas coreanas ao Japão, reconhecida pelos dois países como profundamente significativa. O Japão e a Coreia do Sul firmaram um acordo de novo programa que ajude cidades de ambos os países ao intercâmbio de jovens. Junto aos intercâmbios realizados entre China e Japão, este programa fortalecerá a amizade entre a juventude da China, da Coreia e do Japão.

A Declaração Conjunta Sino-Japonesa assinada na reunião de cúpula em Pequim, em outubro de 2006, foi a primeira declaração após oito anos. Contém importantes elementos que servirão como princípios para as relações entre os dois países. O seguinte parágrafo, em particular, chamou minha atenção: “É responsabilidade solene de ambos os países e das relações bilaterais a contribuição generosa para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento da Ásia e do mundo na nova era”.³³

O espírito expresso nestas palavras corresponde perfeitamente à visão do futuro da China e do Japão, à qual o premiê Chu Enlai e eu chegamos, quando nos encontramos há trinta anos.

Trinta e cinco anos se passaram desde a normalização das relações diplomáticas sino-japonesas. Chegou o momento de assegurar que os progressos obtidos sejam irrevogáveis. Para este fim são necessários a cooperação e o intercâmbio em várias áreas e formar relações de confiança e de bases firmes para a paz e a coexistência no Leste Asiático.

A Declaração Conjunta mencionada inclui, entre suas recomendações para 2007, o fortalecimento da amizade entre os dois povos e o desenvolvimento constante de intercâmbios, especialmente entre jovens, durante o “Ano da Cultura e dos Esportes Japão-China”. A declaração pede ainda que os dois países “fortaleçam a cooperação mutuamente benéfica, particularmente nas áreas da energia, proteção ambiental, fi-

nanças, informação e tecnologia de comunicação e proteção da propriedade intelectual”.³⁴

Neste sentido, sugiro que a década se inicie em 2008, ano dos Jogos Olímpicos de Pequim e que seja designada como “Década da Construção da Amizade Sino-Japonesa para o Século XXI”, com diferentes áreas de cooperação e dando um enfoque particular a cada ano; por exemplo, seguindo o “Ano da Cultura e dos Esportes Japão-China” viria o “Ano para a Cooperação Energética”, o “Ano para Proteção Ambiental”, e assim por diante.

Além disso, como parte desta década, sugiro ainda um programa de intercâmbio entre diplomatas dos dois países. Programa similar desempenhou grande papel na ajuda à França e à Alemanha na superação das lembranças amargas das duas guerras mundiais, transformando-as em força motriz para a integração europeia. O critério que designa diplomatas de cada país para servir em outro Ministério do Exterior está bem estabelecido e consta ser altamente eficaz na prevenção de desentendimentos e no aprofundamento da cooperação diplomática.

O Japão também tem programas de intercâmbio diplomático similares com os Estados Unidos, França e Alemanha. A ampliação destes programas, incluindo países asiáticos como a China e a Coreia, certamente fortaleceria as bases para o surgimento de uma futura União do Leste Asiático.

Apresento agora algumas considerações sobre a Índia que, assim como a China, é uma das potências emergentes deste século. Em julho do ano passado, no último dia da Cúpula do G-8 em São Petersburgo, foi realizada uma conferência ampliada com a participação da China, Índia, Brasil, México e África do Sul. Naquela ocasião, os líderes dos cinco países foram convidados a trocar idéias e opiniões sobre o Plano de Ação de São Petersburgo para Segurança Energética Global e outros documentos. Este encontro foi importante pelo fato de as idéias e vozes das grandes



nações em desenvolvimento tornaram-se indispensáveis para o processo da cúpula.

Em dezembro de 2006, o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, visitou o Japão para uma reunião de cúpula, na conclusão da qual a Declaração Conjunta pela Parceria Global e Estratégica entre Japão e Índia foi divulgada. Parabéns esta conquista e desejo total sucesso ao “Ano da Amizade Japão-Índia” em 2007, quando se comemora o 50º aniversário do Acordo Cultural entre os dois países.

Em contribuição a este processo, gostaria de propor que a Universidade Soka da América ajude a organizar uma conferência internacional de estudantes e especialistas do Japão, dos Estados Unidos, da China e da Índia sobre o tema do aprofundamento e da expansão da parceria mundial no século XXI. O Centro de Pesquisas da Bacia do Pacífico da Universidade Soka da América dedica-se aos estudos sobre o desenvolvimento da paz na região Pacífico-Asiática e poderia contribuir para o sucesso desta conferência.

Afinal, gostaria de apresentar duas propostas específicas para a formação de uma União do Leste Asiático. A primeira é o estabelecimento de uma organização do Leste Asiático para o meio ambiente e o desenvolvimento.

Em janeiro deste ano, foi realizada nas Filipinas a Cúpula do Leste Asiático. Foi a segunda reunião após a de dezembro de 2005 na Malásia. Com a Cúpula da Asean+3 (China, Coreia e Japão) que a precedeu, este encontro é parte de um processo em curso da construção da confiança e do fortalecimento das relações regionais através do diálogo.

Colégio da Europa

Instituto universitário de pós-graduação e instrução em assuntos europeus. Proposto originalmente por Salvador de Madariaga, estadista espanhol, pensador e escritor em exílio, no Congresso de Haia em 1948, o Colégio foi estabelecido em Bruges em 1949. Um segundo campus foi aberto em Natolin, Varsóvia, em 1994, para lidar com as mudanças enfrentadas pelo continente após a queda do comunismo.

O instituto é financiado principalmente pela União Europeia e os governos da Bélgica e Polónia. É multilíngue e multinacional: mais de 45 países são representados por um corpo discente de aproximadamente 300 alunos em Bruges e 120 em Natolin, e a maioria dos estudantes fala de três a quatro idiomas. Os cursos compreendem áreas como Direito, estudos políticos, administrativos e econômicos da Europa, relações internacionais e diplomacia. Os graduados ocupam posições de responsabilidade em órgãos internacionais em toda a Europa e demais partes do mundo.

Muitas questões importantes, no entanto, continuam sem solução. Parece longo o caminho da integração que pode ser alcançado com a formação da União do Leste Asiático. Neste sentido, acredito que programas-piloto focados em questões específicas possam criar estruturas de cooperação, de modo que tornem visíveis os contornos da futura colaboração regional e eleve o entusiasmo de cada país.

Em particular, seriam desejáveis o estabelecimento de organismos preocupados com questões cruciais, como o meio ambiente e a energia. Cresce o número de pessoas clamando pela total cooperação mediante, por exemplo, a Reunião de Ministros do Meio Ambiente Asean+3, realizada anualmente desde 2002. As iniciativas regionais empreendidas até hoje, como os trabalhos de combate à chuva ácida, deveriam permanecer sob a égide de uma organização do Leste Asiático para o meio ambiente e o desenvolvimento.

Estou certo de que seriam mais efetivos os resultados para os desafios que a região enfrenta.

A segunda proposta seria estabelecer no Leste Asiático uma instituição equivalente ao Colégio da Europa. Este centro para estudos graduados foi criado logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial e tem formado jovens de talento que desempenham papel ativo na promoção e integração em seus respectivos campos. Por mais de cinquenta anos, o aprimoramento intelectual conduzido no Colégio da Europa criou uma identidade europeia entre seus graduados que transcende a estrutura limitada dos Estados individuais. Esta identidade tem sido fundamen-

tal para o apoio ao crescimento e desenvolvimento da União Europeia.

A criação oportuna desta instituição pode desenvolver uma fonte de talentos essencial para qualquer futura comunidade regional. Não haveria necessidade de limitar currículos a questões e preocupações regionais. A colaboração com organismos como a Universidade das Nações Unidas criará condições para a exploração dos desafios e elaboração de sistemas de governança global, nos quais as Nações Unidas, sem dúvida alguma, desempenharão papel fundamental.

Rumo à civilização dialógica

Examinando as perspectivas para a paz global, nada é mais essencial do que a solidariedade ativa dos povos do mundo. Somente esta atitude pode criar uma caudalosa corrente que leve à renúncia à guerra.

Em agosto de 2006, tive a oportunidade de me encontrar com o subsecretário-geral das Nações Unidas, Anwarul K. Chowdhury. Na ocasião, ele enfatizou que somente a participação ativa das pessoas comuns é capaz de tornar nosso planeta um mundo melhor e mais humano. Isto vem ao encontro de minha crença de há muitos anos.



Anwarul K. Chowdhury (agosto de 2006).

O objetivo do movimento da SGI, atualmente em 190 países e territórios, é capacitar os cidadãos do mundo para que trabalhem cada dia melhor pela libertação deste planeta do sofrimento desnecessário e edificar uma vida de paz e felicidade. Com este orgulho e convicção, continuaremos a conscientizar pessoas do propósito de construir uma cultura de paz global no século XXI. Firmamos ainda mais o nosso compromisso de uma “civilização dialógica” — promovendo o entendimento mútuo com o poder do diálogo para que brilhe cada vez mais a dignidade humana.

Notas

1. Toda, *Toda*, vol. IV, pág. 565.
2. Born et al., “O Manifesto Russel-Einstein”.
3. Rotblat e Ikeda, *A Quest for Global Peace* (Em Busca da Paz Global), pág. 15.
4. Einstein, “Educação Atômica”.
5. Shultz et al., “Um Mundo Livre de Armas Nucleares”.
6. Weber, “Profissão e Vocação de Políticos”, pág. 369.
7. Ikeda, “Uma Nova Era de Diálogo”.
8. Cousins, *Human Options* (Opções Humanas), pág. 27.
9. Rotblat e Ikeda, *A Quest for Global Peace* (Em Busca da Paz Global), págs. x-xi.
10. Nitiren, *Nitiren Daishonin*, pág. 584.
11. *Ibidem*, pág. 430.
12. Nitikan, *Sanjuhidencho*, pág. 16.
13. Keynes, “Possibilidades Econômicas”, págs. 359-360.
14. *Ibidem*, págs. 365-366.
15. Weber, *Protestant Ethic* (Ética Protestante), pág. 182.
16. Keynes, “Possibilidades Econômicas”, pág. 369.
17. Montaigne, *Ensaio*, pág. 211.
18. Kennedy, “Discurso na Universidade da América”.
19. Comte-Sponville, *O Capitalismo é Moral?*
20. Gandhi, *Autobiography* (Autobiografia), pág. 371.
21. Iwanami Shoten Henshubu, *Nihon* (Japão), págs. 46-55.
22. Jung, “A Luta com a Sombra”, pág. 226.
23. Ikeda, *The Human Revolution* (Revolução Humana), viii.
24. ElBaradei, “CTBT”.
25. AIEA, “Tratado”.
26. WMDC, “Armas do Terror”.
27. AIEA, “Tratado”.
28. WMDC, “Armas do Terror”.
29. Makiguti, *Jinsei Chirigaku* (Geografia da Vida Humana), pág. 26.
30. Toda, *Toda*, vol. I, pág. 127.
31. Ikeda, *Revolução Humana*, vol. III.
32. Ikeda, “Um Novo Caminho”, pág. 68.
33. MOFA, “Declaração Conjunta Japão-China”.
34. *Ibidem*.



Bibliografia

- Anistia Internacional, Japão, 2006. "Aproximadamente uma em cada três pessoas são atingidas pelo crime armado". <http://www.amnesty.or.jp/modules/news/print.php?storyid=143> (acessado em 8 de fevereiro de 2007).
- BORN, Max; Percy W. Bridgman; Albert Einstein; Leopold Infeld; Frederic Joliot-curie; Herman J. Muller; Linus Pauling et al. 1955. "Manifesto Russel-Einstein". <http://www.pugwash.org/about/manifesto.htm> (acessado em 6 de fevereiro de 2007).
- COMTE-SPONVILLE, André. 2005. *O Capitalismo É Moral?*, Eduardo Brandão, trad. São Paulo, Martins Fontes.
- COUSINS, Norman. 1981. *Human Options* (Opções Humanas). Nova York, Norton.
- EINSTEIN, Albert. 1946. "A Educação Atômica Clamada por Einstein". *The New York Times*, edição de 25 de maio, pág. 11. <http://select.nytimes.com/gst/abstract.html?res=F50C14F6345413738DDDACOA94DD405B8688F1D13> (acessado em 7 de março de 2007).
- ELBARADEI, Mohamed, 2006. "CTBT: Sinergia com Ciência (1996-2006 e mais adiante)". <http://www.iaea.org/NewsCenter/Statements/2006/ebsp2006n017.html#> (acessado em 6 de fevereiro de 2007).
- . 2006. "Verificação de Desafios Tratados". <http://www.iaea.org/NewsCenter/Statements/2006/ebsp2006n018.htm#> (acessado em 8 de fevereiro, pág. 2007).
- GANDHI, Mahatma. 1940. *Autobiography or the Story of My Experiments with Truth* (Autobiografia ou A História de Meus Experimentos com a Verdade). Ahmefabad, Narajivan Publishing House.
- AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica). 1970. "Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares". <http://www.iaea.org/Publications/Documents/Infcircs/Others/infcirc140.pdf> (acessado em 8 de fevereiro de 2007).
- IKEDA, Daisaku, 1995. "Um Novo Caminho para o Intercâmbio Cultural Oriente-Occidente". Em *A New Humanism: The University Addresses of Daisaku Ikeda*, (Um Novo Humanismo: Discursos de Daisaku Ikeda em Universidades). Nova York, Wetherhill, págs. 61-72.
- . 2004. *The Human Revolution* (Revolução Humana), livro 1. Califórnia, World Tribune Press.
- . 2005. Proposta de paz, "Uma Nova Era de Diálogo: O Triunfo do Humanismo". Encarte Especial, *Terceira Civilização*, edição nº 441, maio de 2005.
- Iwanami Shoten Henshubu [Departamento de Redação de Iwanami Shoten], ed. 1983. *Nihon no ikikata to heiwa mondai* [O Japão e a Questão da Paz]. Tóquio, Iwanami Shoten.
- JUNG, Carl Gustav. 1978. "A Luta com a Sombra". In *The Collect Works of C.G. Jung* (Coletânea de Obras de C.G. Jung), vol. X, ed. William McGuire et al. Princeton, Princeton University Press, págs. 218-226.
- KENNEDY, John F. 1963. "Discurso na Universidade da América". http://www.pbs.org/wgbh/amex/presidents/35_kennedy/psources/ps_ameruniv.html (acessado em 7 de março de 2007).
- KEYNES, John M. 1931. "As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos". In *Essays in Persuasion* (Ensaio de Persuasão). Londres, Macmillan, págs. 358-373.
- MAKIGUTI, Tsunessaburo. 1983. *Jinsei Chirigaku* (Geografia da Vida Humana). In *Makiguchi Tsunessaburo Zenshu* (Obras Completas de Tsunessaburo Makiguti), vol. I. Tóquio, Daisan Bunmeisha.
- MOFA (Ministério de Relações Exteriores do Japão). 2006. "Declaração Conjunta Japão-China". <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint0610.html> (acessado em 9 de fevereiro de 2007).
- MONTAIGNE, Michel de. 1987. *Ensaio*, Sérgio Milliet, trad. São Paulo, Editora Nova Cultural, vol. I, pág. 211.
- NITIKAN. 1960. *Sanjuhidenso* (O Ensino Secreto Tríptico). In *Rokkansho* (Escritos em Seis Volumes), ed. Soka Gakkai. Tóquio, Soka Gakkai, págs. 1-76.
- NITIREN. 1952. *Nichiren Daishonin Goshō Zenshu* (Coletânea dos Escritos de Nitiren Daishonin). Ed. Nitiro Hori. Tóquio, Soka Gakkai.
- ROTLAT, Joseph; IKEDA, Daisaku. 2006. *A Quest for Global Peace: Rotblat and Ikeda on War, Ethics and the Nuclear Threat* (Em Busca da Paz Global: Rotblat e Ikeda sobre a Guerra, a Ética e a Ameaça Nuclear). Londres, I.B. Tauris.
- SHULTZ, George P.; PERRY, William J.; KISSINGER, Henry A.; NUNN, Sam. 2007. "Um Mundo Livre de Armas Nucleares". *The Wall Street Journal*, 4 de janeiro, A.15, edição oriental.
- TANAKA, Michitaro. 1977. "Pasonaru na shukyo ni kitai (Expectativas pela Fé Pessoal)". *Seikyo Shimbun*, 1º de maio, pág. 6.
- TODA, Jossei. 1981. *Toda Josei Zenshu* (Obras Completas de Jossei Toda). Tóquio, Seikyo Shimbun, vol. I.
- . 1984. *Toda Josei Zenshu* (Obras Completas de Jossei Toda). Tóquio, Seikyo Shimbun, vol. IV.
- Departamento de Estado dos EUA: Bureau de Verificação, Anuência e Implementação. 2002. "Tratado Entre os Estados Unidos da América e a Federação Russa sobre Reduções Ofensivas Estratégicas". <http://www.state.gov/t/ac/trt/18016.htm#14> (acessado em 8 de fevereiro de 2007).
- WEBER, Max. 1930. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo). Talcott Parsons, trad. Londres, George Allen & Unwin.
- . 1994. "A Política como Profissão e Vocação". In *Weber: Political Writings* (Weber: Escritos Políticos), Peter Lassman e Ronald Spiers, ed. Cambridge, Cambridge University Press, págs. 309-369.
- WMDC (Comissão de Armas de Destruição em Massa). 2006. "Armas do Terror: Livrando o Mundo das Armas Químicas, Biológicas e Nucleares". http://www.wmdcomission.org/files/Weapons_of_terror.pdf (acessado em 8 de fevereiro de 2007).



Propostas de paz proferidas por Daisaku Ikeda em 26 de janeiro, Dia da SGI



2006 – A nova era do povo: uma rede mundial de indivíduos conscientes e fortes

2005 – Uma nova era de diálogo: o triunfo do humanismo

2004 – Revolução interior: uma onda mundial pela paz

2003 – Por uma ética global – A dimensão da vida: um paradigma

2002 – O humanismo do caminho do meio – O alvorecer de uma civilização global

2001 – O desafio da nova era: construir a todo instante o “Século da Vida”

2000 – A paz pelo diálogo – É tempo de falar: uma cultura de paz

1999 – Pela cultura de paz – Uma visão cósmica

1998 – A humanidade e o novo milênio: do caos para o cosmos

1997 – Novos horizontes de uma civilização global

1996 – Rumo ao terceiro milênio: o desafio da cidadania global

1995 – Criando um século sem guerras através da solidariedade humana

1994 – A luz do espírito global: uma nova alvorada na história da humanidade

1993 – Rumo a um mundo mais humano no século vindouro

1992 – Uma Renascença de esperança e harmonia

1991 – O alvorecer do século da humanidade

1990 – O triunfo da democracia: rumo a um século de esperança

1989 – A alvorada de um novo globalismo

1988 – Entendimento cultural e desarmamento: os blocos edificadores da paz mundial

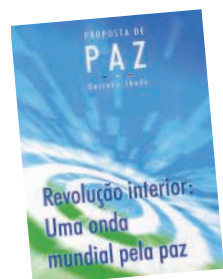
1987 – Propagando o brilho da paz: rumo ao século do povo

1986 – Rumo a um movimento global por uma paz duradoura

1985 – Novas ondas de paz rumo ao século XXI

1984 – Criando um movimento unido para um mundo sem guerras

1983 – Nova proposta para a paz e o desarmamento



Carta da Soka Gakkai Internacional

Preâmbulo

Nós, organizações constituintes da Soka Gakkai Internacional (SGI), abraçamos o objetivo fundamental e a missão de contribuir para a paz, a cultura e a educação com base na filosofia e nos ideais do Budismo de Nitiren Daishonin.

Reconhecemos que em nenhuma outra época da história a humanidade testemunhou tamanha justaposição de guerra e paz, discriminação e igualdade, pobreza e fartura, como no século XX; que o desenvolvimento da tecnologia militar cada vez mais sofisticada, exemplificada pelas armas nucleares, criou uma situação em que a própria sobrevivência da espécie humana foi colocada em risco; que a realidade da violenta discriminação étnica e religiosa apresenta um interminável ciclo de conflito; que o egoísmo e a negligência do homem causaram problemas globais, como a degradação do meio ambiente e os abismos econômicos cada vez maiores entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, com sérias repercussões para o futuro coletivo da humanidade.

Acreditamos que o Budismo de Nitiren Daishonin, filosofia humanística de infinito respeito pela dignidade da vida e de benevolência que abrange tudo, capacita os indivíduos a cultivar a sabedoria e a criatividade do espírito humano para vencer as dificuldades e crises que a humanidade enfrenta, dando origem a uma sociedade de coexistência próspera e pacífica.

Nós, organizações constituintes e membros da SGI, determinados a elevar bem alto a bandeira da cidadania mundial, do espírito da tolerância e do respeito aos direitos humanos com base no humanismo budista e a desafiar as questões globais que a humanidade enfrenta por meio do diálogo e de esforços práticos embasados em um firme compromisso com a não-violência, adotamos esta Carta, ratificando os seguintes propósitos e princípios:

1. A SGI contribuirá para a paz, a educação e a cultura pela felicidade e o bem-estar de toda a humanidade, inspirada no respeito budista à dignidade da vida.

2. A SGI, com base no ideal da cidadania mundial, salvaguardará os direitos humanos fundamentais e não discriminará nenhum indivíduo.

3. A SGI respeitará e protegerá a liberdade de crença e de expressão religiosa.

4. A SGI promoverá a ampla compreensão do Budismo de Nitiren Daishonin por meio de intercâmbios, contribuindo, dessa forma, para a realização da felicidade individual.

5. A SGI, por intermédio de suas organizações constituintes, encorajará seus membros a contribuir para a prosperidade de suas respectivas sociedades como bons cidadãos.

6. A SGI respeitará a independência e a autonomia de suas organizações constituintes de acordo com as condições predominantes em cada país.

7. A SGI, com base no espírito budista de tolerância, respeitará outras religiões, trará diálogos e atuará em cooperação para a solução de questões fundamentais da humanidade.

8. A SGI respeitará a diversidade cultural e promoverá intercâmbios culturais para criar, dessa forma, uma sociedade internacional de cooperação e compreensão mútua.

9. A SGI promoverá, com base no ideal budista de simbiose, a proteção da natureza e do meio ambiente.

10. A SGI contribuirá para a promoção da educação, da busca da verdade e também do desenvolvimento da ciência para capacitar as pessoas a cultivar seu caráter e desfrutar uma vida plena e feliz.



“O objetivo do movimento da SGI, atualmente em 190 países e territórios, é capacitar os cidadãos do mundo para que trabalhem cada dia melhor pela libertação deste planeta do sofrimento desnecessário e edificar uma vida de paz e felicidade. Com este orgulho e convicção, continuaremos a conscientizar pessoas do propósito de construir uma cultura de paz global no século XXI.”